

A de Bolsonaro é a norte-americana Lula: 'a bandeira verde e amarela vai voltar a ser do povo brasileiro'

Lula Marques/EBC

Ricardo Stuckert/PR



“O país pode crescer sem destruir leis ambientais”, afirma Marina

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, cientistas, entidades e órgãos de conservação ambiental reagiram à aprovação, na calada da noite do chamado “PL da devastação”, projeto de lei que afrouxa as regras para o licenciamento ambiental no país. “A gente pode crescer, gerar prosperidade, emprego, renda digna para o nosso país sem precisar da destruição, do afrouxamento, da amputação da legislação ambiental”, disse. Para Marina Silva, a aprovação do PL “é um tiro no pé do agronegócio”. **Página 4**

'Aqui quem manda somos nós brasileiros', afirmou Lula em discurso na UNE

O presidente participou da plenária do 60º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado, em Goiânia (GO). Ele criticou duramente os ataques de Donald Trump ao Brasil e a traição de Jair Bolsonaro e de sua família ao país,

referindo-se ao apoio de Jair Bolsonaro à chantagem que Trump está fazendo ao Brasil com a sobretaxação dos produtos brasileiros em 50% e as ameaças ao PIX e ao mercado popular brasileiro. “Não é um gringo que vai dar ordem para o presidente da República. Não é”, disse Lula. **Página 3**



Governo e empresários se unem contra o tarifaço

STF restabelece decreto sobre o IOF do governo

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quarta-feira (16) o retorno da eficácia do decreto do governo que aumentou a alíquota do IOF (Imposto de Operações Financeiras). O ministro considerou constitucional a decisão do Planalto. “Não houve desvio de finalidade” na mudança de alíquotas do IOF e na incidência do imposto sobre planos de previdência complementar (VGBLs), afirmou o ministro. **Página 2**

Fracassam os atos pró-Trump dos bolsonaristas

Meia dúzia de lunáticos desfilaram em Brasília e São Paulo no domingo (20) pedindo intervenção americana e aplaudindo as sanções de Trump contra o Brasil. “Presidente Trump, contamos com você”, gritavam os bolsonaristas. Pouquíssimos participantes carregando cartazes em inglês e bandeiras americanas, e de Israel. **Pág. 3**



Bianca Borges (à direita), eleita nova presidente, ao lado de Manuela Mirrella

UNE elege Bianca e pede fim do arcabouço na Educação

No domingo (20), Bianca Borges foi eleita presidenta da União Nacional dos Estudantes com 82,62%, durante o 60º Congresso da entidade,

realizado em Goiânia (GO). Em votação no maior congresso estudantil da América Latina, a juventude elegeu a diretoria que vai liderar a entidade,

de nos próximos dois anos. Magu Haddad, membro da chapa vencedora representando o movimento Mutirão e a Juventude Pátria Livre (JPL) afirmou

que a nova gestão da UNE terá o papel de continuar a defender a democracia, a Educação e fazer a maior campanha por menos juros e mais educação. **Pág. 4**

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, reuniu-se com a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) e recebeu o apoio de representantes de empresas americanas ao governo brasileiro para as negociações com o governo dos Estados Unidos, com o objetivo de reverter a tarifa de 50% imposta por Donald Trump. “Tanto a Amcham quanto a US Chamber [Câmara Americana do Comércio] fizeram uma nota conjunta. E nessa nota, elas colocam a sua posição favorável à negociação e que se possa rever a questão das alíquotas”, destacou. **Pág. 2**

SBPC repele “afronta” dos EUA contra os brasileiros

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgaram uma nota conjunta em que classificam as ações do governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump, como “uma afronta inaceitável à soberania nacional, à democracia brasileira e à estabilidade das relações internacionais”. **Página 5**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Os próximos passos do tarifaço de Trump

“Se forem confirmadas as tarifas de Trump, a partir de 1º de agosto, o governo deve abandonar o arcabouço fiscal para defender o Brasil”

PAULO KLIASS*

Em 1º de agosto provavelmente entrarão em vigor as novas regras tarifárias impostas por Donald Trump para todas as importações realizadas por empresas norte-americanas de bens originados do Brasil. Caso não haja nenhum avanço nas negociações que o governo brasileiro vem tentando estabelecer há vários meses com representantes da Casa Branca, deverá valer a incidência de uma alíquota de 50% nas operações acima mencionadas a partir do início do mês que vem.

A estratégia posta em marcha pelo presidente estadunidense guarda algumas similaridades com todas as demais iniciativas que ele vem adotando desde o início de seu novo mandato em relação ao conjunto de países do globo. Desde o começo do governo em janeiro passado, Trump tem operado um movimento geral de tiros para os lados. Para além de questões de geopolítica mais geral, ele também vem ameaçando os demais países com a imposição de novas regras tarifárias, sem poupar nem mesmo aliados estratégicos e tradicionais dos próprios Estados Unidos.

Assim, em boa parte das estocadas contra o resto do mundo, o que se percebia com o passar do tempo era um recuo da parte de Washington. Em um primeiro momento, o anúncio era bem grave e ameaçador, mas pouco a pouco as alíquotas iam sendo reduzidas em boa parte dos casos. Ao longo destes quase seis meses de seu segundo mandato, Trump tem operado como um verdadeiro zigue-zague nas negociações com os países que estão sendo afetados pela imposição das alíquotas sobre importados. Ainda que o foco sejam os aliados de maior densidade no jogo econômico planetário, ele não se limita a impor sanções contra Rússia e China.

O IMPÉRIO NOS ATACA!

O Presidente da maior economia do mundo ocidental tem prejudicado as relações comerciais e diplomáticas com países vizinhos e também com parceiros históricos no jogo geopolítico internacional. Assim foi com Canadá e México na América do Norte. Assim foi com Austrália, Japão, Coreia do Sul, Tailândia e Indonésia, dentre tantos outros países no Oriente. Assim tem sido com a própria União Europeia, bloco aliado de primeira hora dos Estados Unidos há décadas e que inclui também todas as parcerias militares e estratégicas com a OTAN.

Porém, a novidade com relação ao novo tarifaço contra o Brasil anunciado em 9 de julho foram os ingredientes completamente alheios à dinâmica de comércio internacional. Trump parece ter sido convencido a embarcar na canoa furada de defesa de Bolsonaro e de seus aliados mais próximos. Ao incluir os processos que tramitam em fase definitiva de condenação de Bolsonaro e demais golpistas no rol das exigências para retirada das alíquotas, ele conseguiu a incrível façanha de reunir contra si um amplo arco de alianças políticas internas no Brasil.

Como o governo brasileiro não cedeu nesse aspecto e ainda relembrou que o Brasil é deficitário nas relações comerciais entre os dois países, Trump resolveu dobrar a aposta. Apelo para outras questões extra comerciais, a exemplo da medida impeditiva de concessão de visto para os Estados Unidos para a maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), com exceção de 2 integrantes mais simpáticos à causa bolsonarista. Nesse quesito ainda fez um agrado ao Ministro Fux, na tentativa de isolar o restante do colegiado da Corte.

Continua: <https://horadopovo.com.br/os-proximos-passos-do-tarifaço-de-trump-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Governo e empresários unificam estratégia contra tarifaço de Trump



Alckmin já recebeu centenas de líderes de setores afetados pelo tarifaço

STF restabelece decreto do governo sobre IOF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quarta-feira (16) o retorno da eficácia do decreto do governo que aumentou a alíquota do IOF (Imposto de Operações Financeiras). O ministro considerou constitucional a decisão do Planalto. “não houve desvio de finalidade” na mudança de alíquotas do IOF e na incidência do imposto sobre planos de previdência complementar (VGBLs).

Moraes é relator de quatro ações no STF que tratam do decreto, que causou uma disputa entre Executivo e Congresso.

A decisão é uma vitória do governo que recorreu da decisão de anulação do decreto por parte do Congresso. Moraes deu ganho de causa ao governo, mas, no entanto, retirou a vigência do imposto sobre o “risco sacado”, uma espécie de operação de crédito, muito usada no varejo, em que fornecedores antecipam o fluxo de caixa de suas vendas. Com a decisão do STF, o decreto legislativo aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado no mês passado deixa de ter validade e restabelece-se a decisão original do governo.

O Congresso Nacional alegava que o decreto teria caráter arrecadatório, o que seria inconstitucional. Moraes rejeitou essa tese, afirmando que a motivação econômica não desfigurou a natureza regulatória do IOF. “Não há mais necessidade de manutenção da cautelar, pois ausente o risco irreparável decorrente de eventual exação fiscal irregular”, observa. O governo argumentou a favor do decreto para



Foto: Rosinei Coutinho/STF

Ministro Alexandre de Moraes considerou constitucional o decreto do governo Lula, mas viu inconstitucionalidade no fato de a medida pretender expandir a hipótese de incidência do imposto

que as contas públicas pudessem ter o resultado programado de déficit zero nas contas públicas.

A única ponderação feita por Moraes diz respeito à operação do varejo. Antes do decreto do governo, não incidia IOF sobre a transação neste setor porque não era considerada, para esses fins, uma operação de crédito. O ato do governo federal, contudo, determinou que essa era uma operação de crédito, e que, portanto, deveria ser cobrada como tal. O ministro alterou essa decisão do governo.

“O decreto presidencial, no tocante à ampliação da hipótese de incidência por meio da inclusão de novas operações no fato gerador do tributo, incorreu em

inconstitucionalidade ao pretender expandir a hipótese de incidência do IOF, naquilo em que determinou a equiparação das operações de ‘risco sacado’ ao fato gerador do imposto”, afirmou o ministro na decisão.

“Ao prever esse ‘excesso normativo’, o Decreto presidencial pretendia regulamentar a lei além do previsto constitucionalmente”, acrescentou Moraes. “Não bastasse isso, a equiparação normativa realizada pelo decreto presidencial das operações de ‘risco sacado’ com ‘operações de crédito’ feriram o princípio da segurança jurídica, pois o próprio Poder Público sempre considerou tratar-se de coisas diversas”, aponta o ministro.

AGU pede investigação em transação suspeita de dólares no dia que Trump anunciou tarifaço

A Advocacia Geral da União (AGU) pediu para a Polícia Federal e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que investiguem se especuladores no mercado financeiro brasileiro obtiveram lucros com operações irregulares no câmbio antes e depois do anúncio das tarifas de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, por Donald Trump. A suspeita é de que obtiveram informações privilegiadas.

Segundo o blog do Valdo Cruz (GloboNews), o pedido foi feito em caráter de urgência para checar se alguém no Brasil teve informação privilegiada para lucrar com a medida. Ontem (18), o Jornal Nacional (TV Globo) denunciou que houve movimentações anormais no câmbio no dia 9 de julho (data do anúncio do tarifaço), sugerindo que “uma pessoa” pode ter tido conhecimento prévio.

Conforme a reportagem, horas antes do anúncio de Trump, por volta das 13h30, alguém comprou entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões, apostando con-

tra o real a R\$ 5,46. Dois minutos após o anúncio, às 16h17, vendeu a R\$ 5,60, obtendo um lucro elevado.

Mostrando o gráfico da cotação do dólar em relação ao real no dia 9 de julho, o repórter do JN Felipe Santana aponta que no horário do anúncio, às 16h17, “muita gente começa a comprar dólar e vender real. A moeda americana valoriza muito, passa dos R\$ 5,58. Isso aqui era esperado: que muita gente fosse vender a nossa moeda para se proteger da desvalorização dela”, comentou e seguiu.

“O que não era esperado era o seguinte. Vamos voltar um pouquinho no tempo. Você está vendo que, durante o dia inteiro, a cotação oscila dentro da normalidade? Só que, quando chega às 13h30, alguém compra uma quantidade enorme de dólares apostando contra o real”, afirma Santana.

Foram “US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões” afirma Spencer Hakimian, dono de um fundo de investimentos em Nova York,

à reportagem, e resalta que um salto como esse das 13h30, tão abrupto, foi causado por alguém que disse: “Eu quero fazer a transação rápida e não quero que ninguém veja”.

“Ou seja, de acordo com Spencer, alguém comprou de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões às 13h30, a R\$ 5,46”, explica o repórter. “E aí, dois minutos depois do anúncio, vendeu a R\$ 5,60 – quase a mesma quantidade. A gente consegue ver isso no gráfico porque uma quantidade é muito parecida com a comprada às 13h30. Spencer diz que essa aposta pode ter rendido de 40 a 50% do investimento em três horas”, completou Felipe Santana.

A reportagem também destaca que há um padrão semelhante quando Trump anunciou tarifas contra a África do Sul e a União Europeia. Os parlamentares do partido Democrata estão tentando abrir uma investigação no Congresso dos Estados Unidos, mas sem sucesso até o momento.

Geraldo Alckmin reúne setores da indústria e do agronegócio com o objetivo de reverter tarifaço contra produtos brasileiros

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, reuniu-se na quarta-feira (16/7), com a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) e recebeu o apoio de representantes de empresas americanas ao governo brasileiro para as negociações com o governo dos Estados Unidos, com o objetivo de reverter a tarifa de 50% imposta por Donald Trump prevista para começar a vigorar em 1º de agosto.

“Tanto a Amcham quanto a US Chamber [Câmara Americana do Comércio] fizeram uma nota conjunta. E nessa nota, elas colocam a sua posição favorável à negociação e que se possa reverter a questão das alíquotas”, destacou o vice-presidente.

Alckmin citou um trecho do documento das entidades alertando que a imposição de medidas tarifárias “como resposta a questões políticas mais amplas tem o potencial de causar danos graves a uma das relações econômicas mais importantes dos Estados Unidos, além de estabelecer um precedente preocupante”.

Nos últimos três dias, o governo Lula, sob o comando de Geraldo Alckmin, vem realizando inúmeras reuniões com os representantes dos setores da indústria e do agronegócio afetados pelo tarifaço imposto por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, contra os produtos brasileiros a partir a partir de 1º de agosto.

Para Geraldo Alckmin, “a separação dos Poderes é pedra fundamental do Estado de Direito” e garantiu aos empresários que o governo Lula atuará para reverter a chantagem feita por Trump em prol de Bolsonaro nos próximos 15 dias.

“O governo não tem ação sobre outro Poder. E, em relação à questão das tarifas, trabalhamos para revertê-las. Elas são absolutamente inadequadas”, destacou Alckmin sobre as alegações de natureza política, apontadas por Trump como motivo para a aplicação da tarifa de 50%.

Trump tenta reverter decisões do Supremo Tribunal Federal contra as plataformas de comunicação norte-americanas e no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado, ainda em andamento.

Durante as reuniões, que ocorreram na terça e quarta-feira, com as lideranças da indústria e do agronegócio, os empresários deferiram “diálogo, negociação e união” para barrar o tarifaço, ainda que o governo disponha da Lei da Reciprocidade Econômica, que pode ser usada para retaliar países que imponham barreiras aos produtos brasileiros.

“Não faz nenhum sentido que o Brasil saia do piso de 10% para o teto de 50% sem nenhuma motivação econômica”, declarou Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em coletiva à imprensa, após a primeira reunião do Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas Econômicas e Comerciais, realizada na terça-feira (15). O comitê foi criado por decreto pelo presidente Lula para, juntos, governo e empresários, reverterem a agressão imposta ao Brasil.

“Nós estamos bussonos e convergentes na busca da solução”, disse o presidente da CNI. “Porque o que temos aqui é um verdadeiro perde-perde e não faz sentido de forma nenhuma, nem econômica, nem social, nem geopolítica, nem política, um perde-perde. Então temos que trabalhar para que isso seja possível ser contornado e eu acredito que vamos ser contornados”, completou Alban.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, afirma que os

empresários estão confiantes na capacidade negociadora do governo.

“Não é só o Brasil que perde, os EUA também perdem muito. Eles têm gerado um superávit da balança comercial e, muito mais importante na balança de serviços. Nos últimos 15 anos houve um superávit expressivo. Eu acho que é fácil, com dados reais, discutirmos isso com os interlocutores americanos e não temos dúvida que, com a competência e experiência a MDIC e do MRE (Ministério das Relações Exteriores) vamos chegar a bom termo”, afirmou.

Participaram do encontro 37 representantes de setores da indústria. Além dos presidentes da CNI e da Fiesp, estavam no evento: José Velloso, presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos); Haroldo Ferreira, Presidente-Executivo da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados); Janaina Donas, Presidente-Executiva da Abal (Associação Brasileira do Alumínio); Fernando Pimentel, Diretor Superintendente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção); Paulo Roberto Pupo, Superintendente da Abimci (Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente); Francisco Gomes, presidente da Embraer; Rafael Lucchesi, presidente da Tupy, entre outros.

A reunião também contou com a participação dos ministros da Casa Civil, Rui Costa; Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha (ministra substituta); da Fazenda, Fernando Haddad; do Planejamento, Simone Tebet; dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; entre outros integrantes do governo federal.

AGRO

Após a reunião com o setor industrial, Geraldo Alckmin, acompanhado do ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, esteve com lideranças empresariais representantes das entidades dos setores de pesca, pecuária, frutas e café.

Em coletiva de imprensa, o presidente da Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Roberto Perosa, afirmou que a taxa imposta pelos EUA tornaria inviável a exportação de carne bovina para o país.

De acordo com ele, diversos frigoríficos já suspenderam a produção, mas cerca de 30 mil toneladas estão neste momento em portos ou embarcadas com destino ao território norte-americano.

“Nossa sugestão de imediato é a prorrogação do início da taxaço. Existem contratos em andamento. Precisamos de prorrogação ou retorno à situação anterior. O setor já é taxado em cerca de 36%. Esse 50% seriam inviáveis para a exportação”, destacou Perosa.

Nesta quinta, Geraldo Alckmin participa de videoconferência com Marco Stefanini, presidente global do grupo Stefanini, e recebe Rogério Duair Jacomini Nunes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicdutores (ABISEM), Rodrigo Navarro, presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP), e com Jorge Viana, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

“Os Estados Unidos têm déficit na balança comercial com boa parte do mundo, mas têm superávit na balança comercial com o Brasil, tanto no setor de serviços quanto de bens, há mais de 15 anos”, destacou Alckmin. “De outro lado, dos 10 principais produtos que os Estados Unidos exportam para nós, oito são ex-tarifário ou tarifa zero, não pagam nenhum imposto para entrar no Brasil. É a tarifa média é de 2,7%, a tarifa média de importação”.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
comercial@horadopovo.com.br
hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barrô Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Lula: 'bandeira verde e amarela vai voltar a ser dos brasileiros'



Reprodução

Bolsonarista enrolado com bandeira dos EUA Fracassaram os atos bolsonaristas pró-Trump

Foram patéticos os atos convocados por bolsonaristas em apoio à agressão de Donald Trump contra o Brasil. Eles foram realizados no domingo (20) em algumas capitais do país. Brasília e São Paulo foram as principais.

Pouquíssimos participantes carregando cartazes em inglês e bandeiras americanas, e de Israel, gritavam palavras de ordem a favor de Trump e contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Não chegou a mil pessoas reunidas em Brasília e São Paulo.

Os lunáticos apoiadores de Bolsonaro gritavam em coro "Presidente Trump, contamos com você!" Eles aplaudiam as agressões do americano contra o Brasil e pediam mais sanções contra o país. Os bolsonaristas querem que os EUA arrombam a soberania nacional e intervenham na Justiça brasileira em defesa do chefe do golpe e dos demais criminosos que estão sendo julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Se as empresas brasileiras terão dificuldades ao serem sobretaxadas em 50%, podendo fechar e demitir trabalhadores, isso não os preocupa. Eles só querem bafar Donald Trump e pedir que ele agrida o Brasil.

Convocados por figuras como Damares Alves, Bia Kicis, pastor Malafaia, Nícolas Ferreira e outros fascistas e vendilhões da pátria, os atos esvaziados pró Trump mostraram que o bolsonarismo está indo ladeira abaixo.

Já haviam fracassado os últimos atos com a presença de Jair Bolsonaro quando ele se tornou réu por tentativa de golpe de Estado. Pouquíssimas pessoas compareceram naquela ocasião. Agora, depois dos ataques de Trump ao Brasil e da cumplicidade, tanto dele quanto de seu filho, (03), que se deslocou para os EUA para conspirar contra o Brasil, o isolamento do bolsonarismo cresceu ainda mais.

Ficou muito difícil para Jair Bolsonaro explicar aos seus apoiadores porque ele está apoiando Trump quando o americano agride injustamente o Brasil. A implicância do chefe da Casa Branca contra o PIX, instrumento público de pagamento desenvolvido no Brasil, por exemplo, deixou os bolsonaristas com as calças na mão. Eles acusavam falsamente o governo Lula de querer taxar o uso do PIX. Agora, vem Trump e coloca em suas chantagens ao Brasil a exigência de taxaço do PIX para favorecer as empresas americanas Visa e Mastercard. E, estranhamente, os mesmos bolsonaristas aplaudem o bufão da Casa Branca.

Bolsonaristas como Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo – o estado mais afetado pela sobretaxa imposta por Trump ao Brasil – está tendo que dar explicações aos eleitores paulistas sobre o seu apoio à agressão da Casa Branca ao país.

Serão os trabalhadores da Embraer, que fica em São José dos Campos, os produtores de laranjas, de Limeira, e os operários que produzem o suco de laranja, também no estado, e que é exportado para os EUA, que serão os mais afetados pelo tarifaço de Trump. Tarcísio não levou isso em consideração quando aplaudiu as sanções americanas. Agora, está pagando o preço político por sua traição.

Bandeiras de Israel também ornamentaram os atos (reprodução)

O isolamento crescente dentro do país dos traíras bolsonaristas e a histeria deles contra o Supremo Tribunal Federal, além da resposta firme do governo e das instituições brasileiras contra a chantagem americana, está fazendo com que o bufão da Casa Branca radicalize seus ataques ao Brasil.

Por isso, a unidade dos verdadeiros patriotas está crescendo. Os empresários estão se reunindo com o governo para acharem a melhor solução na defesa das empresas e dos empregos dos brasileiros. A sociedade em uníssono repudiou a agressão estrangeira, bem como a traição bolsonarista. Essa é a garantia de que a soberania brasileira será preservada.



Reprodução

Manifestação bolsonarista em Brasília



Reprodução/Video

"Aqui quem manda somos nós brasileiros", declarou o presidente da República Traição de Jair Bolsonaro ao Brasil só é comparável à de Silvério dos Reis

O que Jair Bolsonaro e seu filho, Eduardo, conhecido como "03" – que largou o país para conspirar diretamente dos Estados Unidos contra o Brasil –, fizeram, ao apoiar descaradamente Donald Trump e suas tarifas criminosas contra as empresas e os trabalhadores brasileiros, é uma das maiores traições que já ocorreram contra o país em toda a nossa história. Como diz Jamil Chade, "o país está sob ataque!" E o que faz o clã bolsonaro? Se alinha e faz coro com o agressor estrangeiro em sua chantagem ao Brasil.

DELAÇÃO
O episódio que mais se aproxima desta vergonha que assistimos hoje, em termos de traição ao Brasil, foi a visita feita na calada da noite, pelo contratador de Minas Gerais, coronel Silvério dos Reis, à residência do representante da Corte Portuguesa em Vila Rica, atual Ouro Preto, para delatar os planos de Tiradentes e seus camaradas em sua jornada para libertar o Brasil do domínio colonial português.

A sórdida traição de Silvério atrasou em 30 anos a libertação do país. O povo nunca perdoou a traição de Silvério. Assim como ele, Jair Bolsonaro está conhecendo hoje o que é a ira popular contra o vende-pátria.

O estrago que a traição bolsonarista pode acarretar ao Brasil é muito grande. As tarifas de 50% impostas por Trump aos produtos brasileiros, e apoiadas por eles, poderão causar a perda de milhares de empregos no Brasil. O país inteiro está se unindo para se defender dos ataques, mas a chantagem é criminosa. Tanto Trump quanto seus capangas, Eduardo e Jair, dizem abertamente que só suspendem as tarifas se o julgamento contra os golpistas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) for arquivado. Uma afronta direta à soberania nacional. Uma exigência completamente inaceitável, como acaba de dizer o presidente Lula.

Não há nada de comercial nas medidas anunciadas por Trump. Sua agressão ao Brasil é um ataque político – uma sanção política – para tentar intimidar o Brasil e afastá-lo do BRICS, o conjunto de países que se uniram para superar as amarras impostas pelo dólar e promover o desenvolvimento do Sul Global. Não há justificativa comercial para as tarifas contra o Brasil. Até porque o país é um dos poucos no mundo que possuem déficit comercial com os EUA. Nos últimos 15 anos foram US\$ 400 bilhões de déficits do Brasil.

ATAQUE AO PIX
Por tudo isso, não procedem as alegações de que

o Brasil pratica comércio desleal com os Estados Unidos. Isso é uma mentira. Assim também ocorre com o ataque ao PIX, uma tecnologia nacional que, por ser pública, não colocou o superlucro acima de tudo. O PIX público permitiu que o Banco Central patrocinasse uma de suas pouquíssimas políticas efetivamente públicas, que é o uso do instrumento para os pagamentos sem taxar a população.

O que Trump fez com o ataque ao PIX foi a defesa pura e simples – e cínica – dos lucros de empresas americanas como Visa, Mastercard e WhatsApp Pay, do "amigo" bilionário Jeff Bezos. Eles e os bolsonaristas querem cobrar taxa da população pelo uso do PIX. O PIX é público e gratuito. Tecnologia nacional avançada. Não há como retroceder nessa conquista para beneficiar empresas americanas. Como diz a resposta oficial do governo: "O PIX é nosso, my friend".

O outro episódio ridículo é a pinimba sem cabimento do chefe da Casa Branca com a rua 25 de Março, maior comércio popular do Brasil, localizada no centro de São Paulo. Isso é ainda mais revelador da decrepitude de Trump e da própria economia americana. Como eles estão em decadência econômica e não produzem mais nada depois de destruírem sua indústria, alegam agora que a 25 de Março está dando prejuízo aos EUA e que a China está ocupando um espaço que era deles no Brasil.

Nada mais revelador do declínio americano. A China realmente se tornou o principal parceiro comercial do Brasil. E isso está sendo bom para a economia brasileira. Só passa mesmo pela cabeça de bagre dos bajuladores bolsonaristas de Trump trocar o comércio vantajoso com a atual fábrica do mundo – o Brasil é superavitário com a China em US\$ 30 bilhões anuais (dados de 2024) – pela atual sucata industrial americana.

BAJULADORES
Os bolsonaristas defendem os Estados Unidos porque não se importam com o Brasil e nem com os brasileiros. Eles querem apenas bafar o governo dos EUA. São puxa-sacos de Trump e defensores intransigentes dos interesses americanos. Não é à toa que Jair Bolsonaro vivia fazendo continência para a bandeira americana e que seu filho, "03", largou o mandato de deputado federal no Brasil para morar com a família nos Estados Unidos e de lá conspirar abertamente contra o Brasil.

A "exigência" de que o julgamento dos golpistas seja arquivado é uma

intromissão inaceitável dos EUA na Justiça e na soberania brasileira. O próprio STF respondeu de imediato à provocação da Casa Branca. Os juízes desconhecaram a chantagem e deram prosseguimento ao julgamento dos golpistas. Esta semana, eles receberam as alegações finais da Procuradoria-geral da República e projetaram o fim do julgamento para o mês de setembro. De nada adiantou o cancelamento de vistos de entrada nos EUA de oito ministros da Corte e do procurador-geral da República.

Ameaça nenhuma e nem chantagens vão parar o julgamento. O Brasil é soberano. Como disse o presidente da República, "o Brasil não será tutelado por nenhum país de fora". "Quem manda no Brasil é o povo brasileiro", afirmou o presidente Lula, rebatendo a afronta de Trump.

Em suma, ficou escancarado para o país inteiro o que representa verdadeiramente o bolsonarismo. São traidores e vendilhões da pátria. São defensores dos interesses dos Estados Unidos em detrimento das empresas, dos empregos e da economia do Brasil. Macaqueiam Trump em tudo, inclusive em seus ataques covardes contra o Brasil.

MUNDO SOLIDÁRIO

A hora, portanto, é da mais ampla unidade de todos os verdadeiros patriotas em defesa do país e para repudiar firmemente os traidores e os capangas internos a serviço do capão da Casa Branca. O mundo inteiro está solidário com o Brasil. Todos percebem que o ataque dos EUA ao Brasil é um ataque ao BRICS e à "maioria" global.

A frente patriótica que se formou no Brasil contra esta ação imperialista desavergonhada é o instrumento decisivo para a defesa do país contra os ataques de Trump. Mas ela é também a força política capaz de ajudar o Brasil a se livrar do domínio mais amplo que o sistema financeiro americano e a Casa Branca exercem sobre a nossa economia.

Está cada vez mais na ordem do dia a superação dos instrumentos neoliberais, criados no Consenso de Washington e mantidos até hoje. São instrumentos como a redução do papel do Estado, a ditadura fiscal, a política monetária contracionista, as restrições ao avanço tecnológico e as privatizações de nossas estatais. Elas provocaram um grande retrocesso na economia nacional nos últimos quarenta anos. Está na hora de enterrá-las para que o Brasil possa avançar e se ver livre das ameaças americanas.

SÉRGIO CRUZ

"Ele [Bolsonaro] fica abraçado na bandeira americana. Esse patriota falso", disse Lula em discurso na UNE

O presidente Lula participou, na quinta-feira (17), da plenária do 60º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO). Ele criticou duramente os ataques de Donald Trump ao Brasil e a traição de Jair Bolsonaro e de sua família ao país, referindo-se ao apoio de Jair Bolsonaro à chantagem que Trump está fazendo ao Brasil com a sobretaxação dos produtos brasileiros em 50% e as ameaças ao PIX e ao mercado popular brasileiro.

"Ele [Bolsonaro] fica abraçado na bandeira americana. Esse patriota falso", disse Lula. "Nós vamos tomar a bandeira verde e amarela de volta. A bandeira verde e amarela vai voltar a ser do povo brasileiro. O Bolsonaro que se abraça na bandeira americana", prosseguiu Lula, recomendando que ele "transfira seu título para lá e vá votar lá. Porque aqui quem manda somos nós brasileiros", disse Lula a mais de dez mil estudantes reunidos no congresso da UNE.

O presidente relatou que os EUA enviaram um ultimato ao Brasil exigindo o fim do processo judicial contra Bolsonaro, sob pena de impor taxaço de até 50% sobre produtos brasileiros. "A carta não fala em negociação. A carta é de oze mil: 'ou dá, ou desce'. Essa é a lógica da carta", criticou Lula. "Mas um cara que nasceu em Caetés, que chegou em São Paulo com sete anos de idade, comeu pão pela primeira vez com sete anos, sobreviveu criado por uma mãe com oito filhos e chegou à Presidência da República, não é um gringo que vai dar ordem para o presidente da República. Não é", disse Lula.

Lula ironizou a tentativa do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que largou o mandato e foi para os EUA, de conspirar contra o país e buscar apoio de Trump para interferir no Judiciário brasileiro. "Liberta meu pai, liberta meu pai, liberta meu pai". Ela, na verdade, têm que ser tratado por nós como os traidores do século XX e do século XXI da história desse país", declarou o presidente. E completou: "ele que não venha mais falar da bandeira verde e amarela. Ele que tenha vergonha, que se esconda na sua

Intromissão dos EUA "é fruto do transtorno delirante de Trump", dizem 9 ex-ministros

Nove ex-ministros da Justiça e Segurança Pública divulgaram, na segunda-feira (21), uma carta aberta repudiando a "pretensão de interferência" de Donald Trump, no julgamento do golpista Jair Bolsonaro e seus comparsas e a revogação pela Casa Branca dos vistos de oito magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 9 de julho, Trump tentou interferir no julgamento de Jair Bolsonaro chantagando o país e aplicando um sobretaxa criminosa de 50% sobre produtos nacionais.

A carta dos ex-ministros de diversos governos e partidos reforça que a afronta pretendida por Donald Trump à soberania brasileira recebeu o repúdio uníssono dos brasileiros. A intromissão foi rechaçada pelos empresários, por trabalhadores, pelas instituições e por lideranças de várias colorações partidárias. Só ficaram de fora os bolsonaristas que se acumpliciam com Trump em sua agressão covarde ao Brasil. O governo Lula saiu a campo, uniu o conjunto do país e está liderando a resistência brasileira ao ataque do governo americano.

"Seria apenas risível esta pretensão de Trump e dos Estados Unidos da América de interferir no julgamento, submetido ao devido processo legal, sendo réus agentes políticos e um ex-presidente, que agiram contra a democracia, se não se revelasse uma afronta inadmissível à nossa soberania, bem fruto do transtorno delirante do atual governo norte-americano", escreveram os ex-ministros na carta aberta.

Após a decretação pela Justiça de medidas restritivas a Jair Bolsonaro, como o uso de tornozeleira eletrônica, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, determinou a revogação do visto de oito ministros do STF e de seus familiares. Repudiando a medida da Casa Branca, a carta dos ex-ministros

covardia e deixe esse país viver em paz".

O presidente ainda criticou Trump por desconhecer o comércio entre os dois países. "O Brasil tem um déficit comercial de US\$ 410 bilhões em 15 anos. Portanto, os EUA são muito superavitários com relação ao Brasil", lembrou, reforçando que no Brasil haverá regulação das big techs.

"Querida dizer para vocês que a gente vai julgar e vai cobrar imposto das empresas digitais americanas. Não aceitamos que, em nome da liberdade de expressão, você fique utilizando para fazer agressão, mentira, para prejudicar, violência contra criança, ódio entre as crianças, violência contra as mulheres, contra os negros, os LGBTQIA+", destacou.

Ele também comparou o que Trump fez nos EUA em 6 de janeiro de 2021 e os episódios de 8 de janeiro de 2023 no Brasil. "Se o Trump morasse no Brasil e tentasse fazer no Brasil o que ele fez no Capitólio, certamente ele também seria julgado e poderia ser preso", disse.

Segundo Lula, seu governo está aberto ao diálogo, mas não aceitará imposições. "Estamos com muita tranquilidade. Meu vice-presidente e o ministro das Relações Exteriores estão negociando há mais de dois meses [...] Mas estou muito tranquilo. Sou jogador de truco. Quando o cara truca, a gente tem que escolher: eu corro ou eu grito 'seis' na orelha dele. Então eu estou jogando".

Ao final de sua fala, o presidente reforçou a soberania do povo brasileiro: "sei quem é que manda nesse país, quem faz esse país ser o que é. O nome dessa pessoa só tem quatro letras: chama-se 'povo' brasileiro. E por ele que a gente vai lutar para que o Brasil seja respeitado, no Brasil e no mundo inteiro, como já é".

"Nós não aceitamos que ninguém, de nenhum país fora do Brasil, se meta nos nossos problemas internos. E a primeira vez na história desse país que temos três generais de quatro estrelas presos. E não estão presos à toa. Estão presos porque tentaram dar um golpe. E vão ser julgados, não porque o Lula quer. Vão ser julgados com base nos autos do processo", destacou Lula.

ressalta que durante o julgamento da trama golpista os réus tiveram direito a "ampla defesa e contraditório" e que a revogação dos vistos dos magistrados do STF seria "perseguição" e "intervenção abusiva".

Os ex-ministros afirmam que os membros do STF são "vítimas de indevida coação, que visa a constrangê-los na sua liberdade de decisão e a retaliar a coragem e a independência de contrariar interesses de grandes empresas norte-americanas".

Fazendo referência à decisão do Tribunal de aumentar a responsabilidade das redes sociais sobre conteúdo publicado por terceiros. A carta também ressalta a defesa da soberania nacional. "Há alguns anos, os EUA haviam diminuído a arrogância de se colocarem como superiores a todos os demais países. Esta prepotência retorna, acutadamente, no novo mandato do presidente Trump e ameaça a paz", escreveram os ex-ministros.

Assinam a carta:
Eugênio Aragão, ministro da Justiça em 2016, no governo Dilma

José Carlos Dias, ministro da Justiça de 1999 a 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso

José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça de 2011 a 2016, no governo Dilma

Miguel Reale Júnior, ministro da Justiça em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso

Milton Seligman, ministro da Justiça em 1997 no governo de Fernando Henrique Cardoso

Nelson Jobim, ministro da Justiça de 1995 a 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso

Raul Jungmann, ministro da Segurança Pública no governo Temer

Tarso Genro, ministro da Justiça de 2007 a 2010, no governo Lula

Torquato Jardim, ministro da Justiça de 2017 a 2019, no governo Temer

UNE aprova luta contra os ataques de Trump e fim do arcabouço na Educação

Maior congresso estudantil da América Latina elegeu Bianca Borges na presidência da entidade

Neste domingo (20), a paulista Bianca Borges foi eleita presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE) com 82,62%, durante o 60º Congresso da entidade, realizado em Goiânia (GO). Em votação no maior congresso estudantil da América Latina, a juventude brasileira elegeu a diretoria que vai liderar a entidade pelos próximos dois anos.

A chapa, que contou com o apoio dos grupos Movimento Canto de Coragem, Mutirão, Levante Popular da Juventude e juventes dos partidos PCdoB, PT, PDT, PSB e Rede Sustentabilidade, obteve 5498 votos, que representa 82,62% contra 1146 votos da chapa opositora, que representa 17,23%.

Estudante de letras no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Bianca Borges é atualmente presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e já foi diretora de Relações Internacionais da UNE. Borges sucede a estudante de engenharia ambiental Manuella Mirella, que estava na presidência da entidade desde 2023.

“No próximo período, a UNE tem como agenda fortalecer as mobilizações pelo fim da escala 6x1, pela retirada da educação do arcabouço fiscal, pela soberania brasileira, diante dos ataques e chantagem de Trump, além da taxação das grandes fortunas”, disse Bianca, a nova presidente da entidade.

“Bianca é a síntese de uma geração que não se cala diante dos retrocessos. Uma mulher periférica, militante, que carrega na trajetória o compromisso com a democracia, com o Brasil profundo e com o povo que precisa da UNE como instrumento de luta e transformação”, disse Manuella Mirella, agora ex-presidente da UNE.

Além da eleição, os participantes do congresso votaram também em propostas relativas à educação e ao movimento estudantil que definem as diretrizes para as ações para a nova gestão.

Deputados e entidades denunciam “retrocesso histórico” com PL da Devastação e pedem veto presidencial

Parlamentares, especialistas e organizações do meio ambiente reagiram com indignação à aprovação do projeto de lei que flexibiliza o licenciamento ambiental no Brasil. Apellido de “PL da Devastação”, o texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados na madrugada desta quinta-feira (17), por 267 votos favoráveis e 116 contrários, à 1h53 da manhã, em sessão remota, em um plenário praticamente vazio. Agora, o texto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vem sendo pressionado a vetá-lo integralmente.

A proposta cria pelo menos sete tipos de licenciamentos ambientais simplificados, incluindo a “Licença Ambiental Especial” (LAE) – instrumento considerado por especialistas como uma brecha para dispensar vistorias e consultas prévias em empreendimentos com alto impacto. Em alguns casos, bastará um termo de compromisso assinado pelo empreendedor, o que, na prática, funcionará como uma autodeclaração.

Para a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), “é o maior retrocesso ambiental dos últimos tempos”. “É uma desconstrução de um conjunto de leis aprovadas para proteger as florestas e os povos que vivem nelas. Flexibiliza o licenciamento ambiental sem a fiscalização dos órgãos ambientais. A nossa luta agora é pelo veto integral do projeto pelo presidente Lula. Vamos às ruas! Rebelem-se”, convoca.

A coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo, classifica

MENOS JUROS E MAIS EDUCAÇÃO

Magu Haddad, membro da chapa vitoriosa representando do movimento Mutirão e a Juventude Pátria Livre (JPL) afirmou em suas redes que a nova gestão da UNE terá o papel de continuar a defender a Democracia, a Educação e fazer a maior campanha por menos juros e mais educação.

“A gente precisa começar a inverter a lógica, precisa parar de mandar dinheiro para banqueiro, pois no ano passado o país passou quase R\$ 1 trilhão de juros para banqueiro. Precisamos começar a investir na educação, porque cada um sabe o que falta nas universidades!”, disse.

Magu, que é estudante de Química da Universidade Estadual Paulista (UNESP), começou sua trajetória ainda no movimento secundarista, quando foi eleita em 2016 para a gestão da recém refundada União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Araraquara (UMESA), no interior de São Paulo. Ao ingressar na universidade foi eleita presidente do Diretório Acadêmico Waldemar Safiotti do Instituto de Química da UNESP de Araraquara e logo também foi eleita representante discente no Conselho Universitário da UNESP.

“É preciso que a gente consiga reajustar os auxílios de permanência estudantil, que a gente consiga restaurantes universitários de qualidade em cada universidade, que nas universidades privadas a gente tenha um restaurante popular perto, porque a gente sabe que muitos estudantes das universidades privadas precisam trabalhar o dia inteiro para pagar sua universidade e estudar à noite. É preciso também que a gente consiga uma regulamentação no ensino privado, para que a gente pare de ter uma mensalidade abusiva a cada ano, sem inclusive uma base de cálculo”, afirmou Magu.

a aprovação do projeto como um “crime histórico”. Ela avalia que o Congresso Nacional “acaba de jogar pelo ralo dois de seus principais instrumentos: o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais”, instaurando “uma era de intenso descontrole ambiental e de desrespeito a direitos assegurados expressamente pela Constituição”. E cobra: “Uma demanda resume o necessário: veta Lula, na íntegra!”.

“Uma vergonha!”, disse a deputada federal Duda Salabert (PDT-MG). Para ela, a votação relâmpago em plena madrugada “define perfeitamente o total descompromisso da Câmara com a população brasileira”.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) também reforçou que “o texto desmonta os pilares do licenciamento ambiental e enfraquece a capacidade do Estado de prevenir danos ao meio ambiente”.

Apesar dos alertas, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), manteve o projeto na pauta, contrariando os apelos de organizações científicas, movimentos sociais, ambientalistas e até quase 30 frentes parlamentares, que pediram o adiamento da votação. A condução apressada visava aprovar a matéria antes do recesso parlamentar. O relator, deputado Zé Vitor (PL-MG), acatou as emendas do Senado que pioraram o texto original, inclusive reincorporando a previsão de uso da LAE em projetos de mineração – instrumento que havia sido temporariamente retirado.



Bianca Borges (à direita) ao lado de Manuella (à esquerda). (F: UNE)



Em carta ao presidente, UNE destaca avanços, defende soberania e exige Educação fora do arcabouço fiscal

A União Nacional dos Estudantes, em seu 60º Congresso, realizou um ato político na manhã de quinta-feira (17), reunindo milhares de estudantes com o presidente Lula, ministros e parlamentares.

No início do ato, a entidade apresentou as reivindicações dos estudantes em uma carta lida ao presidente, apontando medidas essenciais para o avanço da Educação e do desenvolvimento do país. O documento resalta os recentes avanços no setor, como a renovação da Lei de Cotas, a aprovação do PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil) como política permanente, a retomada de obras nas universidades pelo PAC e a criação de 100 novos Institutos Federais. “Com a nossa vitória do Projeto Popular em 2022, inauguramos uma agenda de reconstrução da educação”.

Os estudantes também destacaram o marco regulatório do ensino a distância e lembraram que grande parte da juventude universitária presente só chegou ao ensino superior graças a políticas como o Prouni, o Reuni e as cotas raciais e sociais.

Os estudantes afirmaram também que o momento atual exige mais do que reconstrução. “Acreditamos que estamos diante de um cenário muito peculiar e singular da nossa história.

Há uma nova escalada da ofensiva do imperialismo no nosso país, e são nesses momentos que o papel dos estudantes se agiganta. Queremos dizer que, diante das ameaças e chantagens do presidente dos Estados Unidos, nós erguemos alta a nossa bandeira do anti-imperialismo e de defesa da nossa soberania. Nós sabemos do potencial e do papel estratégico que o Brasil pode jogar no mundo”.

“Para enfrentar extrema-direita”, é preciso “colocar o rico no imposto de renda e o pobre no orçamento”. Da mesma forma, ressaltam os estudantes, “depois de anos de desmonte e ataques à educação, nós precisamos de mais avanços. Não podemos conceber um projeto de país que coloque regras tão rígidas como a do arcabouço fiscal no orçamento para a Educação. Pelo contrário, é necessário que nós avancemos na autonomia universitária, garantindo um orçamento fixo para as universidades federais, para que essas instituições não fiquem na instabilidade e com o pires na mão diante de momentos de crise”.

“A educação é um importante instrumento para que o nosso país se realize como uma nação soberana e desenvolvida. Ainda temos um longo caminho a percorrer para superar as nossas mazelas e desigualdades que são históricas. Não há como pensar em um Brasil

do futuro com a educação, ciência, saúde e os direitos sociais dentro do arcabouço fiscal”.

“Para vencer a extrema direita das fake news, da concentração de renda, da destruição, nós precisamos retomar o papel do Estado, apontando amplos investimentos nessas áreas e travando a batalha ideológica com o povo. Presidente Lula, os desafios, eles são muito grandes. Nossos inimigos são poderosos e sem escrúpulos, colocam o lucro acima da vida”.

“Mas já dizia o poeta mineiro Guimarães Rosa: o que a vida quer da gente é coragem. E nós, presidente, somos um povo brasileiro, um povo que não se dobra, um povo que já travou tantas lutas para ter o direito de escrever a nossa própria história. Não somos um povo submisso. Somos um povo da coragem e da solidariedade internacional, da luta e da festa, da alegria e da resistência, do futebol e da revolução”.

“É na luta e na rua que a gente se encontra para construir um país do tamanho dos nossos sonhos e é com a diversidade de sotaques presentes aqui nesse plenário que nós vamos cantar bem alto. Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor. Com muito orgulho, com muito amor”, entoaram os jovens ao final da leitura.

Foto: Rogério Cassimiro/MMA



A ministra Marina Silva PL da Devastação: “país pode crescer sem a destruição das leis ambientais”, diz Marina

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, cientistas, entidades e órgãos de conservação ambiental reagiram à aprovação, na calada da noite de quarta para quinta-feira (17), do chamado “PL da devastação”, projeto de lei que afrouxa as regras para o licenciamento ambiental no país.

Rebatendo o argumento principal da bancada ruralista, bolsionista, de que o controle sobre os processos de licenciamento ambiental seriam um atraso para o agronegócio e para o país, a ministra afirmou que “ganhar celeridade não significa perder qualidade”. “A gente pode crescer, gerar prosperidade, emprego, renda digna para o nosso país sem precisar da destruição, do afrouxamento, da amputação da legislação ambiental”, disse.

Marina Silva acredita que a aprovação do PL “é um tiro no pé do agronegócio”. “Se você afrouxa o licenciamento, você vai impedir que a gente continue reduzindo o desmatamento, vai aumentar incêndios, vai aumentar emissão de CO2, vai afetar toda parte do sistema hidrológico do nosso país com prejuízos enormes, principalmente para o agronegócio brasileiro”, disse a ministra.

Segundo ela, “é um verdadeiro tiro no pé esse tipo de afrouxamento dos cuidados ambientais em um país que é altamente sensível como o Brasil, que depende do equilíbrio climático para poder ser uma potência agrícola. Nós só somos uma potência agrícola porque somos uma potência ambiental”, complementou.

“Sem respeitar a legislação ambiental, nós vamos fechar os mercados que nós já conseguimos abrir. O que pesou para abrir mais de 300 mercados nesses dois anos foi exatamente ter um governo que protege o meio ambiente, que passa segurança para as pessoas de que elas não estão fazendo negócios com quem está invadindo a terra dos indígenas, com quem está destruindo a floresta, está contaminando os rios”, alertou Marina.

O projeto, que facilita a licença para empreendimentos com potencial de impacto no meio ambiente, como viadutos, pontes, hidrelétricas e barragens de rejeitos, e dispensa a licença para outras obras, como a ampliação de estradas e para atividades como agricultura tradicional e pecuária de pequeno porte, além do licenciamento automático feito por autodeclaração, sem análise prévia de órgão ambiental, entre outras medidas, vai agora para sanção do presidente Lula.

Marina destacou que “a proteção é assegurada por um bom licenciamento, que faz com que os processos possam ganhar agilidade, qualidade e segurança jurídica. Se cada estado e cada município determinarem o que é risco ambiental de forma diferente na sua unidade da Federação, isso vai criar um processo de questionamento jurídico, de judicialização generalizada”, afirmou a ministra sobre outro ponto do projeto, que prevê que o ente federativo definirá o potencial poluidor das atividades dos empreendimentos.

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Rodrigo Agostinho, disse “estar muito apreensivo” com a aprovação do PL. “São mais de 40 pontos muito complicados no PL e que vão causar insegurança jurídica, inclusive no setor empresarial”, disse.

Já o Instituto Sócio Ambiental (ISA) publicou em seu site análise mostrando que “85% dos empreendimentos de mineração seriam autorizados por licenças simplificadas, segundo o texto aprovado” e que “cerca de três mil áreas protegidas seriam ameaçadas e uma extensão do tamanho do Paraná pode vir a ser desmatada se nova lei não for vetada”.

Para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a aprovação do PL “representa um retrocesso significativo na legislação atual, flexibilizando todas as etapas do licenciamento ambiental, com redução de instrumentos e normas, dispensa de estudos e monitoramento de impactos e diminuição do poder da fiscalização por parte dos órgãos públicos”.

O órgão classifica que a situação é ainda mais grave para as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que perderão totalmente a participação do ICMBio no processo de licenciamento.

“Considerando que muitas dessas unidades são extensas e abrangem diversos estados e municípios, a ausência de acompanhamento preventivo pode gerar conflitos com atividades incompatíveis com os planos de manejo aprovados. Nestes casos, o projeto prevê que o ICMBio atue apenas de forma reativa, por meio de vistoria e fiscalização, quando os danos já estiverem em curso.”

Madeira no Paraná afasta 640 funcionários após “tarifaço”

A empresa Millpar, segunda maior fabricante do setor madeireiro no Brasil, com sede em Guarapuava, Paraná, anunciou o afastamento temporário de 640 funcionários da produção, por meio de férias coletivas, como um dos efeitos dos ataques econômicos de Donald Trump ao país.

A direção da empresa afirma que a maior parcela de sua produção é direcionada aos Estados Unidos e que a medida poderá ser estendida a mais trabalhadores. No total, a empresa emprega 1.109 trabalhadores que atuam em suas duas unidades, Guarapuava e Quedas do Iguaçu.

No dia 9 de julho Trump anunciou que, a partir de agosto, todos os produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos serão taxados em 50%, causando uma ampla reação de repúdio entre os diversos setores da indústria brasileira.

A BrasPine, outra empresa do setor madeireiro, também anunciou uma redução nas próprias operações e a concessão de férias coletivas para 700 trabalhadores da fábrica de Jaguariaíva, nos Campos Gerais do Paraná. A maior parte de sua produção de molduras é destinada à exportação, principalmente para os Estados Unidos.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci), desde o anúncio da taxa pelos Estados Unidos, instalou-se a insegurança no mercado e a produção está sendo reduzida em praticamente todo o setor, com paralisação total em vários casos.

Dados da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), divulgados pela CNN, apontam que as exportações de madeira representam quase 40% das vendas paranaenses aos Estados Unidos. “Nesse momento, nosso grande desafio é lutar pela manutenção dos empregos e continuidade das atividades industriais”, diz a nota da Abimci.

A Abimci afirmou que a maioria dos contratos está sendo cancelada pelos importadores estadunidenses e muitos embarques foram suspensos. “Para agravar a situação, atualmente, o setor possui, aproximadamente, 1.400 contêineres com produtos já embarcados e em trânsito marítimo para os Estados Unidos. Além disso, em torno de 1.100 contêineres estão posicionados em terminais portuários aguardando embarque”, disse.

SBPC repudia ‘afrenta inaceitável’ dos EUA contra economia nacional



SBPC e Academia Brasileira de Ciências (ABC) divulgaram nota conjunta



Centrais debatem com Alckmin defesa dos empregos em reação às ameaças de Trump

Em reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), nesta quarta-feira (16), as centrais sindicais expressaram sua preocupação com os impactos que podem ser gerados com a imposição de tarifas abusivas contra os produtos brasileiros, a economia nacional, os empregos e a soberania produtiva e política do Brasil.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços reafirmou que o momento é de unidade nacional, proteção da nossa indústria e preservação dos empregos, e que o movimento sindical é essencial. “Estamos unidos e empenhados em defender os interesses do Brasil por meio do diálogo e da negociação”, afirmou Alckmin.

Em nota entregue ao vice-presidente, as entidades afirmam que o “tarifaço de Trump” é expressão de uma disputa global por hegemonia econômica e tecnológica que atinge o Brasil de forma direta e indireta, pressionando setores industriais estratégicos, o que pode intensificar a desindus-

trialização, desorganizando cadeias produtivas e ameaçando milhares de postos de trabalho.

“Diante desse cenário, é necessário buscar alternativas, construir novos caminhos e abrir outras possibilidades. É hora de fortalecer e aprimorar um projeto de desenvolvimento com inclusão e justiça social — um projeto que inove nas escolhas estratégicas, reduza nossas vulnerabilidades, enfrente a concorrência predatória e crie mecanismos de proteção frente à instabilidade externa”, diz o documento.

Os sindicalistas reforçaram que qualquer decisão sobre comércio exterior deve, necessariamente, respeitar os trabalhadores em qualquer negociação. “Esse modelo de desenvolvimento deve estar estruturado na geração e proteção de empregos, no combate à precarização do trabalho e no fortalecimento da capacidade de consumo das famílias por meio da valorização da renda do trabalho”, continua.

Em busca de garantir o monopólio das empresas estadunidenses, na terça-feira (15), Trump enca-

beçou uma investigação interna contra práticas comerciais do Brasil que consideram supostamente “desleais”, entre elas o Pix. A tentativa é a de coagir o Estado brasileiro, aviltando nossa soberania, para que as empresas de bandeiras de cartão de crédito que perderam transações com o Pix possam retomar sua hegemonia, bem como o modelo de pagamento da Meta, com o Whatsapp Pay, que não vingou no Brasil. A regulamentação das redes sociais que podem limitar os lucros bilionários das Big Techs também foi alvo da investigação.

“Diante da crise comercial, a valorização do trabalho — eixo central de um projeto nacional de desenvolvimento — deve ser parte da solução. É hora de avançar na reconstrução de uma base produtiva moderna e inovadora, capaz de gerar empregos de qualidade e garantir que a classe trabalhadora seja não apenas sujeito, mas também beneficiária do crescimento, com dignidade, sustentabilidade, bem-estar e qualidade de vida para todos”, concluem as centrais.

Entidade condena “tentativa de ingerência em decisões internas do Estado brasileiro

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgaram neste domingo (13) uma nota conjunta em que classificam as ações do governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump, como “uma afronta inaceitável à soberania nacional, à democracia brasileira e à estabilidade das relações internacionais”. As duas entidades centenárias, reconhecidas por sua atuação em defesa da ciência e da educação, manifestaram “profunda preocupação e firme repúdio” à ameaça de tarifas e barreiras comerciais unilaterais contra produtos brasileiros.

No texto, as instituições alertam para os efeitos econômicos e diplomáticos da medida, destacando que ela “compromete gravemente nossa balança comercial, prejudica setores essenciais da economia nacional e viola os princípios do comércio justo e das normas multilaterais da Organização Mundial do Comércio”.

Além dos danos diretos à economia, a nota aponta tentativas de interferência estrangeira em assuntos internos do país: “As entidades signatárias denunciam com veemência a tentativa de ingerência em decisões internas do Estado brasileiro, incluindo pressões políticas que atentam contra a autodeterminação dos povos” — princípio considerado fundamental

no direito internacional.

As entidades também reforçam o papel da ciência na defesa da autonomia nacional. “O Brasil é uma nação democrática, com instituições legítimas, e com uma comunidade científica ativa, plural e comprometida com os valores da liberdade, da justiça social e do desenvolvimento sustentável”, afirmam. Para elas, “a ciência tem papel central na construção da soberania e da autonomia nacional, e não pode ser subjugada por interesses externos de natureza política ou econômica”.

No posicionamento, ABC e SBPC ainda declaram apoio ao governo brasileiro diante do cenário internacional, manifestando apoio “em suas ações legítimas de defesa da soberania nacional e dos interesses estratégicos do país, e conclamam a sociedade brasileira a manter-se vigilante na proteção de seus direitos, sua democracia e sua independência”.

A nota termina reafirmando o compromisso das entidades com a ciência e com o diálogo internacional baseado no respeito entre nações: “Reiteramos nosso compromisso inegociável com a ciência, a democracia, o desenvolvimento social, soberano e o diálogo internacional baseado no respeito mútuo”.

O documento é assinado por Helena Bonciani Nader, presidente da ABC, e Renato Janine Ribeiro, presidente da SBPC.

Justiça suspende decreto de Tarcísio que autorizava demissão de professores como punição

A Justiça de São Paulo suspendeu o decreto do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que autorizava a demissão de professores temporários da rede estadual com mais de 5% de faltas não justificadas. A medida também punia docentes efetivos do Programa de Ensino Integral (PEI), que, ao ultrapassarem o mesmo limite, perderiam o direito de participar do programa no ano seguinte.

A decisão, que atende a uma ação movida pela Apeesp (Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo), foi proferida pelo juiz José Roberto Leme de Oliveira, da 6ª Vara da Fazenda Pública. Ele destacou que “não é possível a aplicação de sanção de exacerbadíssima gravidade como o desligamento de profissional sem efetivo contraditório, ainda que em caso de contratação por prazo determinado ou temporário”. Para o magistrado, o decreto “viola os princípios constitucionais do devido processo legal e do contraditório”.

A suspensão também atinge a Resolução nº 97 da Seduc-SP, assinada pelo secretário da Educação, Renato Feder, e publicada em 27 de junho. Ela previa que “será caracterizado como infração contratual e legal (...) quando as faltas atingirem ou superarem 5% da carga horária prevista em sua jornada de trabalho”, permitindo a “extinção do contrato de trabalho, não podendo o docente retornar no período letivo vigente”.

A juíza Patrícia Persicano Pires, da 16ª Vara da Fazenda Pública, ao julgar ação popular dos deputados Luciene Cavalcante e Carlos Giannazi (ambos do PSOL), foi enfática: “A Resolução nº 97/2025, ao estabelecer novo limite de faltas e criar sanções não previstas em lei, efetua

inovação no ordenamento jurídico que somente poderia ser veiculada mediante lei de iniciativa do Chefe do Executivo”, caracterizando “usurpação de competência legislativa”.

Segundo a magistrada, a resolução também contraria o Estatuto do Servidor Público (Lei 10.261/68), que exige sindicância ou processo administrativo para demissão por inassiduidade. O decreto estadual nº 54.682/2009, que rege a contratação temporária de professores, prevê até duas faltas abonadas e três justificadas por contrato — o que também foi ignorado.

A Apeesp celebrou a decisão como uma vitória contra o que chamou de sanção “autoritária, punitiva e ineficaz” do governo Tarcísio e de seu secretário. Em nota, o sindicato afirmou: “Em vez de investigar e agir sobre as causas das ausências dos professores (...), a SEDUC prefere continuar culpabilizando os professores, sobretudo no noturno, que trabalham em condições extremamente precárias”.

Já a deputada Luciene Cavalcante disse que a sentença representa uma “vitória da Educação contra uma política do terror e assédio que o governo de São Paulo tem imposto à categoria dos professores”. Segundo ela, “a juíza reconhece a ilegalidade que o secretário Feder baixou sem nenhuma discussão com a categoria, sem respeito à democracia e às legislações”.

A Secretaria da Educação havia justificado a medida alegando prejuízo ao aprendizado dos estudantes. Segundo dados da pasta, 14,32% da carga total de aulas previstas deixaram de ser ministradas no primeiro semestre deste ano, gerando um custo estimado de R\$ 33,9 milhões aos cofres públicos.



“Preta, imensa”: despedida da cantora é marcada por homenagens e comoção

A morte precoce da cantora Preta Gil, no domingo (20), aos 50 anos, vítima de um câncer de intestino, inundou as redes de mensagens de condolências e manifestações de carinho de artistas, personalidades e autoridades.

O pai da artista, Gilberto Gil, e a família, que estão nos Estados Unidos tratando do traslado do corpo para o Brasil, agradeceram por meio de uma nota informando que pelos trâmites para a repatriação, ainda não há previsão sobre o velório e enterro.

“Pedimos a compreensão de tantos queridos amigos, fãs e profissionais da imprensa enquanto atravessamos esse momento difícil em família. Assim que possível, divulgaremos informações sobre as despedidas”, diz a mensagem.

Filha de Gil com Sandra Gadelha, Preta atuou como cantora, atriz e empresária, e durante muitos anos comandou um bloco de carnaval que arrastava multidões no carnaval do Rio de Janeiro, ou onde se apresentasse.

Em abril, já em estado crítico da doença, Preta fez sua última aparição em público, quando subiu ao palco do estádio Allianz Parque, em São Paulo, onde Gilberto Gil se apresentava em sua turnê “Tempo Rei”. O momento foi carregado de emoção, levando pai, filha, e a mãe, que estava na plateia, às lágrimas enquanto entoavam a canção “Drão”, escrita para Glória.

No domingo, o presidente Lula se manifestou sobre a morte da artista: “Estou profundamente triste em saber que Preta Gil nos deixou nesta noite de domingo. Talentosa e batalhadora em tudo o que fazia — seja como artista, seja como empresária — Preta seguiu espalhando a alegria de viver mesmo nos momentos mais difíceis de seu tratamento. Preta era uma pessoa extremamente querida e admirada pelo público e pelas pessoas que tiveram a felicidade de conviver com ela. Os palcos e os carnavais que ela tanto animou sentirão sua falta”, escreveu Lula.

O presidente também informou que assim que soube da “triste notícia”,

ligou para “o companheiro Gilberto Gil e para Flora (madrasta de Preta) para confortá-los nesse momento de dor”.

“A toda a família de Preta, Sandra, o filho Francisco e a neta Sol de Maria, quero deixar um abraço amigo e carinhoso. Que o amor que Preta compartilhou em sua vida siga acalentando os seus corações — e os corações de todas as pessoas que tanto admiravam”, escreveu o presidente.

A primeira-dama, Janja Silva, também lamentou em suas redes, afirmando que “a partida de Preta torna o mundo mais silencioso, menos iluminado”.

“Sua gargalhada e seu brilho no olhar já fazem uma imensa falta. Sua coragem e sua voz abriram caminhos para que muitas mulheres e meninas se amassem e tivessem orgulho de ser quem são. O Brasil inteiro se mobilizou em amor e orações pela sua recuperação. E como foi lindo ver essa mobilização. Sinônimo de alegria, força e autenticidade, Preta encarou cada dia da vida com sorriso largo, doando e recebendo muito amor. E é isso que ela deixa: amor! Amor pela vida, pela família, pelos amigos”, publicou Janja.

A ministra da Cultura, Margaret Menezes, conta que conheceu Preta na adolescência. “De alguma forma lhe vi crescer e vi você se transformar numa das artistas de personalidade de mais amada, inspiradora, mais autêntica do nosso país. Seu jeito livre de falar e enfrentar a vida, as alegrias e também as dores, sem poderes, sem papa na língua. Você vai deixar muitas saudades, mas também muitas belezas”, disse.

“Minha maior grande perda! Minha eterna inspiração e alegria”, escreveu a irmã, apresentadora e chef, Bela Gil.

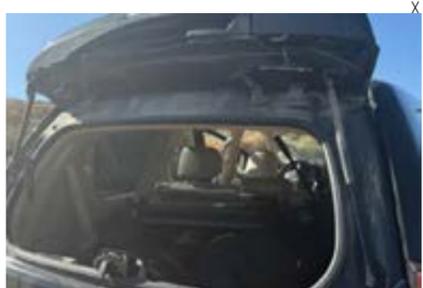
“Amada Preta, imensa amor ao Gil, à Sandra, ao Francisco, à Sol e a todos os Gils”, publicou a atriz Fernanda Torres.

Para a atriz Taís Araújo, “o que fica dessa vida é o que a gente faz dela” e “Preta fez amor, brilho, luz, liberdade, amizade, festa, beijos, tantos desejos realizados!”.



ÉTON

Papa pede fim da agressão de Israel a Gaza e condena ataque a igreja



Carro que levava repórteres da CNN Jornalistas da CNN são agredidos por nazistas israelenses

Uma equipe de filmagem da rede norte-americana CNN foi agredida por um bando de fanáticos israelenses na Cisjordânia enquanto cobriam o assalto e vandalização da aldeia de Sinjil na Cisjordânia.

Os jornalistas tinham ido até a aldeia Sinjil para uma reportagem sobre o linchamento de um palestino norte-americano, Saif al-Din Kamil Abdul Karim Musalat, que foi espancado até a morte pelos assaltantes de terras na região palestina da Cisjordânia. O assassinato ocorreu na sexta-feira, 11.

O carro em que a equipe de jornalistas da CNN foi atacado pelos vândalos enquanto eles estavam a caminho da Cisjordânia no fim de semana, para entrevistar familiares, testemunhas e relatar como Saif foi assassinado.

Filho de palestinos, nascido na Flórida, Saif, de 20 anos, estava visitando familiares na Cisjordânia quando foi linchado pelos ditos colonos israelenses que, com ele ainda vivo, bloquearam a chegada da ambulância ao local. Saif morreu sem receber socorro.

Um dos jornalistas, o ex-correspondente na Casa Branca pela CNN, Jeremy Diamond, relatou o incidente.

“Enquanto estávamos cobrindo esta história, minha equipe e eu fomos atacados por colonos israelenses. A janela traseira do nosso veículo foi quebrada, mas conseguimos escapar ilesos”, postou Diamond em sua conta na rede social X.

“Esta é apenas uma parte da realidade que muitos palestinos enfrentam na Cisjordânia em meio à crescente violência dos colonos”, prossegue o jornalista da CNN.

As forças israelenses já assassinaram 231 jornalistas palestinos e internacionais na região dominada pela ocupação israelense, revelando uma política de amordaçar qualquer voz que conteste o regime de Netanyahu e revele mais detalhes sobre o genocídio que Israel está perpetrando contra a população palestina que vive lá.

Sem a autorização prévia do exército de Israel, o acesso ao território de Gaza por jornalistas internacionais é proibido e mesmo com autorização, os jornalistas correm constante risco de vida.

A ‘Associação de Imprensa Estrangeira’, com sede em Jerusalém e que representa mais de 400 jornalistas que estão cobrindo Israel e os Territórios Palestinos Ocupados, emitiu um comunicado condenando o ataque.

“Este é o segundo ataque de colonos a jornalistas estrangeiros em Sinjil este mês.”

ATAQUE A EQUIPE DA DEUTSCHE WELLE

“Em 4 de julho, uma equipe da Deutsche Welle (emissora alemã) foi perseguida por colonos durante as filmagens. Uma janela do carro da agência DW foi quebrada com pedras e sua carroceria amassada. Em cada um desses incidentes, os colonos atacaram em plena luz do dia. No entanto, até agora, não temos conhecimento de nenhuma prisão sendo feita,” eles disseram.

“Isso está ocorrendo em um momento em que nossos colegas palestinos enfrentam rotineiramente ameaças, intimidação e violência nas mãos de colonos e forças de segurança, enquanto a imprensa estrangeira é rotineiramente vilipendiada por algumas figuras públicas israelenses.”

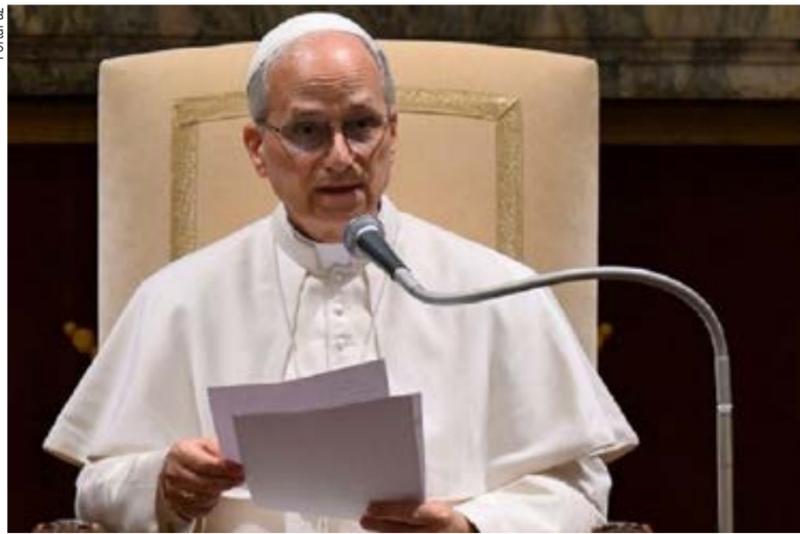
A ‘Federação Internacional de Jornalistas’, sediada em Bruxelas, também emitiu um comunicado denunciando a violência contra jornalistas palestinos e internacionais.

O jornalista palestino, Issam al-Rimawi, foi espancado pelos colonos até perder a consciência no vilarejo de al-Mughayyir, a nordeste de Ramallah. Esses ataques ocorrem com o apoio do estado genocida de Israel, pois muitas vezes sob a proteção de soldados israelenses, os colonos executam ataques contra cidades e vilarejos palestinos na Cisjordânia aterrorizando a população palestina.

“Esses fenômenos levaram a um encolhimento preocupante e rápido do espaço e da liberdade de informar sobre a vida dos palestinos”, comunicou a Federação. “Pedimos às autoridades israelenses que mantenham o compromisso declarado do país com a liberdade de imprensa, garantindo a segurança dos jornalistas e processando, não protegendo, seus agressores, que devem ser responsabilizados”

Em 28 de maio, soldados israelenses dispararam “tiros de aviso” contra um carro marcado como “imprensa” em que estavam a jornalista francesa, Amira Souleim, da rede de notícias ‘France 24’, o jornalista palestino, Mohammed Mansour e mais três outros jornalistas palestinos.

Em 2 de junho, outro grupo de jornalistas internacionais, estavam visitando Masafer Yatta, ao sul da Cisjordânia, quando foram abordados com ameaças por soldados israelenses mascarados. Masafer Yatta apareceu no documentário premiado pelo Oscar, “Sem Chão” (No Other Land).



Papa Leão XIV pediu o fim do sofrimento imposto aos palestinos

França, Reino Unido, Canadá, Japão e mais 20 países condenam Israel pelo morticínio em Gaza

Em novo sintoma do isolamento do regime genocida israelense, representantes dos países reunidos em Bogotá declaram em documento conjunto, que “a agressão a Gaza deve cessar imediatamente”

“Mais derramamento de sangue não serve a nenhum propósito”, diz a declaração, que pede “um cessar-fogo imediato, incondicional e permanente” e, alerta para o fato de que “o sofrimento dos civis em Gaza atingiu novos níveis” e tacharam de “inaceitável” a recusa do governo israelense em fornecer assistência humanitária essencial à população civil.

A declaração, assinada por ministros das Relações Exteriores dos países signatários na segunda-feira (21), também repudiou que “mais de 800 palestinos tenham sido assassinados enquanto tentavam obter ajuda”, em referência à Fundação Humanitária de Gaza (GHF, na sigla em inglês), instaurada por Washington e Tel Aviv, já denunciada pela ONU como uma “armadilha mortal”. O documento também pede a libertação dos reféns.

“O modelo de distribuição de ajuda implementado pelo governo israelense é perigoso, alimenta a instabilidade e priva os habitantes de Gaza de sua dignidade humana”, enfatizaram os ministros.

Os países exigem, ainda, que Israel suspenda imediatamente todas as restrições à entrada de ajuda e permita que agências da ONU e organizações humanitárias operem de forma segura e eficaz no território palestino.

A declaração também se opõe a qualquer iniciativa destinada a modificar o território ou a demografia na Faixa de Gaza e advoga o fim da ação dos assim chamados “colonos” nos territórios ocupados.



Encontro em Bogotá reuniu países contra a agressão

São signatários Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. A declaração também foi assinada pela comissão de Igualdade da União Europeia, Hadja Lahbib.

Sob o pretexto de “combate ao antissemitismo”, parte desses países, até então, vinha se recusando a pressionar mais ativamente o governo investigado pela Corte Internacional de Justiça por genocídio, e alguns continuam fornecendo armas.

Na Europa, a oposição ao genocídio segue crescendo com manifestações nas ruas e protestos como a recusa dos estivadores em carregarem navios israelenses. Um grupo de Estados, como a Espanha, Irlanda, Noruega e Bélgica tem trabalhado para que a Europa reconheça o Estado Palestino – como já fazem 142 países.

Em paralelo, a Agência das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA) informou que estava recebendo “mensagens desesperadas de fome” de sua equipe na Faixa de Gaza,

submetida por dois meses a um bloqueio total da ajuda e da entrada de alimentos, a partir do rompimento, por Israel, em março, do cessar-fogo, e agora, entrando a conta-gotas.

Em uma publicação na rede social X, a UNRWA observou que a escassez em Gaza fez com que os preços dos alimentos aumentassem 40 vezes. “Levantem o cerco e permitam que a entrada de ajuda com segurança e em massa”, instou a agência, que afirmou ter reservas suficientes em seus armazéns fora de Gaza para alimentar “toda a população por mais de três meses” – enquanto as tropas israelenses impedem a entrada dos caminhões com a ajuda.

No fim de semana, as autoridades de Saúde de Gaza confirmaram a morte, por desnutrição extrema, de um bebê de 35 dias e de outro, com quatro meses. Mas, possivelmente exercendo a autoincriminação investigada em Haia, o governo de Israel asseverou que não havia “nenhuma proibição ou restrição à entrada de leite materno ou alimentos para bebês em Gaza” – enquanto o mundo presencia, chocado, centenas de mortes a tiros, quando buscavam em desespero comida para seus filhos.

Governo Trump cassa procuradora que investigava crimes do pedófilo Epstein

A cassação sumária da procuradora que encabeçou a investigação sobre o pedófilo bilionário Jeffrey Epstein, Maurine Comey, pelo governo Trump, na quinta-feira (17), só jogou mais lenha na fogueira em que o governo de Donald Trump vem ardendo, desde que, contrariando inúmeras promessas feitas na campanha, passou a sustentar que “não havia arquivos escondidos” do escândalo, “não havia lista de clientes” e chamando tudo de “embuste”.

O novo escândalo acontece ao mesmo tempo em que desencadeia, contra o mundo inteiro, sua guerra tarifária, ameaça o Brasil, apoia o genocídio em Gaza e envia armas para o regime neonazi de Kiev.

Há alguns dias, vazou um documento do DOJ dizendo que o caso seria arquivado, a partir de investigação do FBI que concluiu que Epstein de fato cometeu suicídio, não tinha uma lista de clientes e nem havia extorquido autoridades.

O “caso Epstein” expôs a podridão nas altas rodas dos EUA, sob o processo de hiperfinanceirização e desindustrialização, em que banqueiros, ex-presidente, ex-governadores,



Procuradora cassada por Trump, Maurine Comey

senadores – dos dois partidos –, juristas e até um príncipe inglês, por décadas perpetraram suas taras, na “Ilha Pedo”, ou em seu jato Lolita Express, contra meninas pobres menores de idade.

Até a casa cair e, depois de condenado, Epstein aparecer morto na cela em Manhattan, onde deveria estar sob vigilância 24 horas por dia, o que convenientemente foi considerado “suicídio” mas percebido pela maioria como uma queima de arquivo em prol dos “clientes”.

A reiteração do escândalo começou a sair do controle quando, em meio à trocação do rompimento de Elon Musk com o presidente norte-americano, o homem mais rico do planeta

desvendou que Trump estava na lista, embora haja depois recuado.

Embora mais de mil vítimas tenham sido identificadas, o governo dos EUA se recusou a nomear até mesmo um único dos magnatas e figurões que se valeram da exploração sexual de menores propiciada por Epstein.

A tentativa da titular do Departamento de Justiça nomeada por Trump, Pam Bondi, na semana passada, de abafar o escândalo, divulgando um relatório de duas páginas declarando que nenhuma “lista de clientes” havia sido encontrada nos arquivos de Epstein.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Papa Leão XIV apelou a que “parem com a barbárie e a agressão e respeitem o direito internacional e humanitário e os locais sagrados”

O Papa Leão XIV fez um apelo pelo fim imediato da agressão a Gaza e criticou duramente o que chamou de “barbárie” e “uso indiscriminado da força”. Durante a oração do Angelus, o Papa também condenou o bombardeio à única igreja católica de Gaza, que matou três pessoas e feriu dez, entre elas o padre da paróquia, amigo do Papa Francisco.

O presidente do Estado da Palestina, Mahmoud Abbas, informou ao Papa Leão XIV sobre as terríveis condições que o povo palestino está enfrentando como resultado da agressão genocida provocada pelo governo de Benjamin Netanyahu na Faixa de Gaza, marcada por assassinatos, fome e devastação generalizada — uma das mais recentes a destruição da Igreja da Sagrada Família em Gaza.

O Presidente reafirmou ao chefe do Vaticano que as prioridades palestinas incluem um cessar-fogo imediato, a libertação de reféns, a entrada de ajuda humanitária, alimentar e médica, a assunção total pelo Estado da Palestina de suas responsabilidades na Faixa de Gaza e a liberação de fundos palestinos confiscados por Israel, uma retenção que causou condições extremamente difíceis.

Abbas pediu ao Papa que direcionasse suas orações e apelos aos líderes mundiais para que pusessem fim à matança, à fome e ao terrorismo dos colonos contra o povo palestino, para que interrompessem os ataques aos locais sagrados islâmicos e cristãos e impedissem os atos de terror cometidos pelos vândalos travestidos de colonos, na vila de Al-Taybeh, os quais ele enfatizou serem inaceitáveis e condenáveis, ressaltando

que tais atos nunca devem ser repetidos.

Ele afirmou que os muçulmanos e cristãos palestinos estão unidos em sua busca por liberdade e independência.

PRESIDENTE PALESTINO

O líder palestino elogiou as posições honrosas do Vaticano, em particular seu respeito ao direito internacional humanitário e seus reiterados apelos pela paz na Terra da Paz. Frisou o desejo do Estado da Palestina de estreitar laços com o Vaticano, que reconhece o Estado da Palestina desde 2015, e também expressou o apreço da liderança palestina pela decisão do Vaticano de acolher e tratar crianças feridas de Gaza e suas famílias em Roma.

Ele estendeu um convite ao Papa Leão XIV para visitar a Terra Santa e rezar na Igreja da Natividade e na Igreja do Santo Sepulcro pela concretização da paz e pelo fim das guerras.

De sua parte, o Papa afirmou o apelo do Vaticano ao respeito ao direito internacional e humanitário, à importância de acabar com as guerras e o sofrimento, e à necessidade de pôr fim às violações de locais sagrados.

“Rezamos pela paz. Ontem, fizemos um apelo aos fiéis para que ajudem a parar com a guerra e respeitassem o direito internacional e humanitário e os locais sagrados”, frisou Leão XIV.

A agressão israelense em curso contra a Faixa de Gaza desde 7 de outubro de 2023, já deixou 59.029 civis assassinados e 142.135 feridos, a maioria mulheres e crianças de acordo com as últimas estatísticas publicadas pelo Ministério da Saúde da Palestina.

Senegal soma-se a outros países africanos na expulsão de tropas francesas do país

A França entregou formalmente nesta quinta-feira (17) suas últimas bases militares no Senegal, e concluiu a retirada de seu contingente do país africano após 65 anos de presença, informou a agência France24.

O Exército francês desocupou a base Camp Geille, localizada na capital senegalesa, Dakar, e uma estrutura militar no aeroporto da mesma cidade. A cerimônia de entrega das chaves do Camp Geille aconteceu nesta quinta-feira (17).

A saída das tropas francesas começou em março, com a transferência das bases de Marechal e Saint-Exupéry ao governo do Senegal. Em maio, o acampamento Contre-Amiral Protet, no porto de Dakar, também foi devolvido.

“Cerca de 350 soldados franceses, encarregados principalmente de conduzir operações conjuntas com o Exército senegalês, deixarão o país da África Ocidental após um processo de retirada de três meses”, informou o Governo senegalês.

Uma comissão conjunta estabelecida por Paris e Dakar afirmou que o processo, que inclui a retirada dos militares, será concluído até o fim de 2025.

SENEGAL SOBERANO

O exército francês estava presente no Senegal desde a sua independência em 1960. Mas, quando Bassirou Diomaye Faye foi eleito presidente, em abril do ano passado, anunciou a decisão de seu governo de retirar completamente a presença militar francesa do território. “O Senegal é um país independente e soberano, e isso não permite a presença de bases militares

[estrangeiras] num país soberano”, declarou num discurso em dezembro passado.

Faye também instou Paris a se desculpar pelas atrocidades coloniais, entre elas, o massacre de tropas africanas em 1º de dezembro de 1944, quando lutavam pela França na Segunda Guerra Mundial.

No início deste ano, o primeiro-ministro senegalês, Ousmane Sonko, declarou que a França não tem legitimidade nem capacidade para garantir a segurança e a soberania dos países africanos.

A declaração foi feita após o presidente francês, Emmanuel Macron, afirmar que os países do Sahel haviam “esquecido” de agradecer à França por sua intervenção militar contra grupos jihadistas — comentário que gerou forte reação negativa.

IMPÉRIO COLONIAL NO FIM

A retirada das tropas do Senegal ocorre no meio do crescente sentimento anti-francês nos países francófonos do continente, o que levou ao declínio do império colonial francês na região do Sahel.

Assim, as forças francesas foram obrigadas a abandonar Mali, Burkina Faso, Níger, Guiné e a Costa do Marfim nos últimos anos. Além disso, em novembro do ano passado, o Chade anunciou o fim do seu acordo de cooperação bilateral com a França em matéria de segurança e defesa.

Muitos países africanos, entre os quais o Mali, o Burkina Faso e o Níger, optaram pela ajuda russa para garantir a sua segurança, representando um grande desafio para as forças colonialistas em África.

Contra tarifas de Trump, BRICS ampliam uso de moedas nacionais



Porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China, Lin Jian (CPEC)

Pequim repele sanções da UE a empresas chinesas que negociam com a Rússia

O governo da China repudiou a nova rodada de sanções impostas pela União Europeia à Rússia. O novo pacote de sanções – que revelam submissão à Otan e a Washington – inclui empresas chinesas e dois bancos chineses que os europeus dizem fazer negócios com os russos.

Os bancos, Banco Comercial Rural de Suifenhe e Banco Comercial Rural de Heihe, são dois bancos regionais chineses que ficam em cidades próximas da fronteira com a Rússia e agora estão sob sanção europeia no novo pacote de sanções que tem como objetivo de quebrar a economia russa.

As novas sanções podem provocar a retaliação por parte do governo chinês que tentou retirar seus bancos da lista de sanções europeias. Durante uma reunião com diplomatas da UE, o Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, avisou que haverá resposta pela sanções dos bancos.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Lin Jian, durante a coletiva de imprensa, na sexta-feira, expressou a oposição e insatisfação do governo chinês à medida.

“A China se opõe a sanções unilaterais que não têm base no direito internacional ou autorização do Conselho de Segurança da ONU,” disse.

Sobre o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, Lin Jian, disse que a cooperação da China com a Rússia nunca ultrapassou os limites da legalidade e da soberania chinesa.

“A China nunca forneceu armas letais às partes em conflito e controla estritamente a exportação de artigos de uso duplo. Os intercâmbios normais e a cooperação entre empresas chinesas e russas não devem ser interrompidos ou afetados.”

“Pedimos à UE que pare de prejudicar os interesses legítimos das empresas chinesas na ausência de qualquer evidência que apoie suas reivindicações. A China fará o que for necessário para defender firmemente os direitos e interesses legítimos e legais das empresas chinesas,” completou.

Também sobre o conflito na Ucrânia, o porta-voz comunicou o compromisso da China em promover negociações de paz.



Rublo e yuan já substituem o dólar nas transações entre Rússia e China

França, Itália e Hungria se negam a comprar armas norte-americanas para doá-las a Kiev

Desmentindo Donald Trump, que afirmou na segunda-feira (14) que a sua administração tinha chegado a um acordo para que os europeus pagassem o envio de armas e equipamento militar dos EUA para o regime de Kiev, nem todos os países europeus concordam com essa iniciativa, mostrando que o plano não é bem aceito na região.

No momento em que a França está tendo dificuldades em desenvolver a sua própria indústria de defesa através de compras locais, Paris se recusa a financiar compras de armas dos EUA para depois as enviar para a Ucrânia, informa o jornal O Político. Além disso, o governo francês não está resistindo a forte oposição da sociedade ao genocídio em Gaza, e precisa fazer cortes orçamentais para tentar conter o seu crescente déficit.

Da mesma forma, de acordo com o La Stampa, citando fontes do governo italiano, Roma não seguirá o exemplo de Berlim e não se somará à iniciativa de Trump, uma vez que praticamente não tem condições orçamentais. Fontes esclareceram que a única compra de armas dos

EUA prevista para a próxima década é um lote de caças F-35.

A República Checa, mesmo não se opondo ao regime pro-norte-americano de Zelensky, também não participará do plano. O primeiro-ministro Petr Fiala disse, na terça-feira (15), que o país vai se concentrar em outros métodos de apoio a Kiev. “A República Checa está focada noutros projetos e formas de ajudar a Ucrânia, por exemplo, através da iniciativa de entrega de munições. Por isso, neste momento, não estamos considerando participar neste projeto”, afirmou.

“AMBIENTE BÉLICO”

A Hungria também está entre as nações que se opõem ao plano. O seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Peter Szijjarto, embora tenha manifestado a esperança de que os “esforços de paz” de Washington continuassem, afirmou que “o dinheiro, as armas e os soldados húngaros não irão para a Ucrânia”. Szijjarto denunciou o fato da União Europeia estar fomentando cada vez mais

uma “atmosfera de guerra”, querendo arrastar a UE para o conflito ucraniano e fazer com que os cidadãos do bloco paguem por isso. “As exigências da Ucrânia estão crescendo, estão exigindo cada vez mais dinheiro e mais armas, e é evidente que aqui em Bruxelas querem satisfazê-las”, criticou, acrescentando que alguns políticos europeus tendem a analisar tudo na perspectiva de Kiev e “não estão dispostos a examinar” as consequências de tais decisões na perspectiva do bloco.

O “acordo” anunciado por Trump consiste em “bilhões de dólares” em equipamento militar que os países europeus comprariam aos EUA e os destinariam à OTAN para distribuição rápida aos militares ucranianos.

No Salão Oval da Casa Branca, o responsável da OTAN, Mark Rutte, sinalizou que a Finlândia, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, bem como o Reino Unido, a Holanda e o Canadá apoiam o plano e querem participar. Destacou ainda a “grande” participação da Alemanha.

Leia mais no site do HP

Argentinos rechaçam projeto de Milei para privatizar a água com “altas tarifas e cortes”

Ao denunciar a truculência trumpista contra os imigrantes o editor de Counterpunch, Jeffrey St. Clair relembrou uma observação pertinente do grande escritor Gore Vidal: “Devemos parar de sair por aí tagarelado sobre como somos a maior democracia do mundo, quando nem mesmo somos uma democracia. Somos uma espécie de república militarizada”.

Ele começa pelo “cidadão americano e veterano do Exército dos EUA com deficiência George Retes”, que foi parado pelo ICE enquanto dirigia perto do violento ataque a trabalhadores agrícolas de Camarillo na última quinta-feira.

“Os agentes do ICE quebraram as janelas de seu carro e o pulverizaram com spray de pimenta, antes de levá-lo sob custódia. Ele foi mantido em prisão federal por quatro dias, durante os quais sua família e advogado não tiveram como contactá-lo para descobrir onde ele estava ou perguntar sobre sua condição física. Ele foi libertado sem acusações na noite de domingo”.

É isso que Thomas Homan [ex-diretor do ICE] quis dizer quando disse à FoxNews que o ICE “pode parar pessoas com base em sua cor de pele e ‘brevemente’ detê-las sem um mandado ou causa provável até que o ICE esteja convencido de que são cidadãos americanos?”, questionou St. Clair, abordando o racismo explícito em curso.

O testemunho de Retes: “Claramente não importava que eu fosse um cidadão, ou um veterano, ou que eu iden-



“A água deixa de ser um direito para converter-se em um negócio”, denunciou o advogado Pablo Serdán

tificasse quem eu era. Eles ignoraram tudo o que eu disse, e eles simplesmente quebraram minha janela e me arrastaram para fora. Eu os deixei saber que eu era um veterano e não estava fazendo nada de errado, que estou apenas tentando começar a trabalhar”.

Outro caso relatado é de um azarado turista irlandês de 35 anos nos EUA que, nas últimas semanas do governo Biden havia ultrapassado o prazo de seu visto em três dias, quando foi preso pelo ICE.

“Embora ele tenha concordado com a deportação imediata, ele de alguma forma foi enterrado no sistema ou na falta dele e foi transferido para três instalações diferentes depois que Trump assumiu o cargo. Como os centros

de detenção estavam transbordando, o ICE de Trump fez um acordo para alugar leitos de prisão do Bureau of Prisons em Atlanta, para onde ele foi enviado com dezenas de outras almas infelizes sequestradas pela polícia secreta mascarada.”

“Ele definiu lá por mais de três meses em condições que descreveu como desumanas. Os beliches não tinham escadas, as celas estavam cheias de ratos e baratas, as roupas da prisão que ele recebia estavam manchadas de merda e sangue. Os banheiros não davam descarga, ele não recebeu medicamentos e visitas ao médico e comeu ‘lixo nojento’. Quando ele finalmente pegou seu remédio, os guardas da prisão o jogaram no chão em vez de entregá-lo a ele.”

Leia mais no site do HP

Segundo já afirmou o presidente Putin, quem está “serrando o galho em que está sentado [o dólar]” é Washington, com sua enxurrada de sanções, bloqueios e tarifas contra o mundo inteiro

Diante das ameaças de Trump dirigidas aos BRICS sobre a suposta tentativa de desdolarização, o vice-chanceler russo, Sergei Ryabkov, esclareceu que os países-membros estão promovendo ativamente o uso de suas moedas nacionais em transações comerciais e financeiras dentro do grupo, buscando “se proteger de pressões externas”, mas, por enquanto, ninguém está levantando a questão de abandonar completamente o dólar.

O real problema, já apontou o presidente russo Vladimir Putin, é que os EUA andam serrando “o galho em que estão sentados”, o dólar, ao freneticamente o usarem como arma através de sanções e até confisco de reservas – e sob Trump 2.0, tarifaço -, e minando seu status de moeda de reserva.

Segundo Ryabkov, “a Rússia já ultrapassou 90% de todas as transações com seus parceiros do BRICS sendo realizadas em moeda nacional”. Em outubro, o ministro das Finanças da Rússia, Anton Siluanov, afirmou que “a participação das moedas nacionais no comércio entre os países do BRICS atingiu 65%, com a participação do dólar e do euro caindo para menos de 30%”.

Trata-se, como enfatizou Ryabkov, que “nos encontramos em uma situação em que fomos privados da capacidade de usar o dólar em muitas transações devido às sanções do bloqueio”.

O que forçou a Rússia a “buscar alternativas na forma de mecanismos de compensação que sejam suficientemente resistentes a influências mecânicas externas e que sejam imunes a esse tipo de atividade externa”.

“Se alguém diz que estamos seguindo uma política de desdolarização no contexto da rivalidade geopolítica com os EUA, tais declarações são feitas apenas para exercer pressão política e psicológica sobre os países do BRICS, pois não há nada de real por trás dessas conclusões”, afirmou Ryabkov.

“Simplesmente queremos que nos deixem cuidar da nossa vida em paz”.

O próprio Putin havia em 2022 tratado da questão, diante da exclusão da Rússia do sistema de pagamentos SWIFT e do confisco de reservas em bancos dos EUA e europeus.

“As sanções econômicas dos Estados Unidos estão nos forçando a optar pela ‘desdolarização’. [Os Estados Unidos] nos obrigam a fazê-lo, somos forçados a fazê-lo”.

“Não podemos fazer pagamentos em dólares com nossos parceiros no campo militar e técnico”, explicou, além de destacar que, por causa disso, a Rússia recorreu à sua moeda nacional, o rublo, e a divisas de outros países.

Ao recorrer a pagamentos em outras moedas, segundo Putin, surge “um novo sistema de relações com nossos parceiros nas áreas fora do escopo do dólar” se formou.

“Por que os formuladores de políticas dos EUA estão fazendo isso? Eles estão cortando o galho da árvore sobre a qual estão sentados. Todos no mundo veem”, comentou.

A situação, para Putin, “levanta dúvidas sobre a confiabilidade das operações em dólares”, que afeta as reservas não apenas na Rússia, mas em todo o mundo e “mesmo em países aliados dos Estados Unidos”.

A ameaça de Trump aos BRICS foi proferida por ele em discurso na Casa Branca na sexta-feira (18), após a aprovação, pelo Congresso dos EUA, de uma lei a favor das fraudes com criptomoedas, com o automeado “imperador

do planeta” chantagando os integrantes do grupo com tarifaço de 10%, por supostamente tentarem “enfraquecer o dólar”.

Washington “nunca pode deixar ninguém jogar”, disse ainda Trump, acrescentando que decidiu “atingi-los [os BRICS] com muita, muita força”. “Se eles realmente se formarem de forma significativa, isso acabará muito rapidamente”, disse ele.

Após ter aumentado o tributo de guerra na Otan de 2% do PIB para 5% e decretado o tarifaço amplo, geral e irrestrito ao planeta, Trump asseverou que Washington não poupará esforços para preservar a hegemonia do dólar, “a moeda de reserva é muito importante”.

Num momento de fraquejada, Trump admitiu que “se a perdéssemos, seria como perder uma Guerra Mundial”, se referindo ao que o grande De Gaulle chamava de “privilegio exorbitante” do dólar, que tudo compra com papel pintado (ou registrado eletronicamente na telinha).

Trump também disse umas besteiras sobre o “esvaziamento do BRICS”, mais propriamente da cúpula do Rio de Janeiro, pela ausência do presidente Putin e do presidente Xi Jinping, o que atribuiu fantasiosamente ao seu anúncio de 10% de tarifaço aos BRICS.

Talvez alguém devesse lhe informar que, com Xi Jinping, está tudo muito bem, ele mandou ao Rio de Janeiro o primeiro-ministro, Li Qiang, e as duas partes se acertaram na ferrovia bioceânica, entre outros pontos.

No final de maio, uma inédita cúpula China, Associação dos Estados do Sudeste Asiático e do Conselho do Golfo, em Kuala Lumpur, aprofundou as relações entre três constituintes fundamentais da economia global, com todas as implicações.

Para muitos, a rede de pagamento digital global já implantada pela China é uma verdadeira supervia, comparada ao SWIFT, com pagamentos feitos em 7 segundos, ao invés de 3-5 dias. Rússia, Irã e outros países também desenvolveram sistemas próprios, devido às sanções.

De vera, quem está ansioso por uma desvalorização do dólar é o próprio Trump, uns 30% ao que dizem, tornando suas exportações mais baratas, na tentativa de melhorar o déficit comercial, a exemplo da política de Reagan do acordo de Plaza, nos anos 1980.

Mas a China não é o Japão, é um osso muito mais duro, com um mercado interno muito maior, uma parcela da indústria global incomparável – é a “fábrica do mundo” – e na vanguarda da tecnologia para a crise ambiental e para a Inteligência Artificial e a computação quântica, apesar dos bloqueios desde Washington.

A Rússia, por paridade de poder de compra, pelo segundo ano consecutivo é a quarta economia do mundo, à frente da Alemanha e do Japão, só perdendo para a China, EUA e Índia.

O fato de terem usado sancionar uma superpotência nuclear como a Rússia, certamente é percebido, mundo afora, como a comprovação de que “ninguém está seguro” sob a ditadura norte-americana e do dólar.

E a tentativa da trupe Trump de fazer o tempo andar para trás, para o período da dominação incontestável sobre o planeta, só faz tornar mais evidente o descompasso entre a realidade do mundo e os desejos da plutocracia militarista norte-americana, de Wall Street e dos novos barões ladrões da nuvem.



Trabalhadores são principais alvos das prisões

Caçada da polícia de Trump aos imigrantes: racismo e truculência

Ao denunciar a truculência trumpista contra os imigrantes o editor de Counterpunch, Jeffrey St. Clair relembrou uma observação pertinente do grande escritor Gore Vidal: “Devemos parar de sair por aí tagarelado sobre como somos a maior democracia do mundo, quando nem mesmo somos uma democracia. Somos uma espécie de república militarizada”.

Ele começa pelo “cidadão americano e veterano do Exército dos EUA com deficiência George Retes”, que foi parado pelo ICE enquanto dirigia perto do violento ataque a trabalhadores agrícolas de Camarillo na última quinta-feira.

“Os agentes do ICE quebraram as janelas de seu carro e o pulverizaram com spray de pimenta, antes de levá-lo sob custódia. Ele foi mantido em prisão federal por quatro dias, durante os quais sua família e advogado não tiveram como contactá-lo para descobrir onde ele estava ou perguntar sobre sua condição física. Ele foi libertado sem acusações na noite de domingo”.

É isso que Thomas Homan [ex-diretor do ICE] quis dizer quando

disse à FoxNews que o ICE “pode parar pessoas com base em sua cor de pele e ‘brevemente’ detê-las sem um mandado ou causa provável até que o ICE esteja convencido de que são cidadãos americanos?”, questionou St. Clair, abordando o racismo explícito em curso.

O testemunho de Retes: “Claramente não importava que eu fosse um cidadão, ou um veterano, ou que eu identificasse quem eu era. Eles ignoraram tudo o que eu disse, e eles simplesmente quebraram minha janela e me arrastaram para fora. Eu os deixei saber que eu era um veterano e não estava fazendo nada de errado, que estou apenas tentando começar a trabalhar”.

Outro caso relatado é de um azarado turista irlandês de 35 anos nos EUA que, nas últimas semanas do governo Biden havia ultrapassado o prazo de seu visto em três dias, quando foi preso pelo ICE.

“Embora ele tenha concordado com a deportação imediata, ele de alguma forma foi enterrado no sistema ou na falta dele e foi transferido para três instalações diferentes depois que Trump assumiu o cargo.

Leia mais no site

Maestro inspirado, abolicionista, republicano

Há 159 anos, nascia Anacleto de Medeiros

Refletir sobre este homem do povo, brasileiro, que com poucos recursos, em 41 anos de existência construiu tantos caminhos para a arte nacional, e comparar a excelência do seu trabalho com a indigência musical e cultural que tentam nos impingir como novidade nos dias atuais, nos leva a repetir Vianninha: “O revolucionário nem sempre é novo absolutamente e o novo nem sempre é revolucionário”

IRAPUAN SANTOS

Consta no “livro 4 dos Batizados da Freguesia do Bom Jesus do Monte de Paquetá, o batizado do inocente Anacleto Augusto de Medeiros, nascido em 13 de julho de 1866, filho natural de Isabel, crioula, liberta”.

Possivelmente seja este o primeiro registro entre nós de alguém que se transformaria num dos maiores músicos brasileiros. O estudioso e professor emérito da Escola de Música da UFRJ, Baptista Siqueira, no ensaio “Três Vultos Históricos da Música Brasileira: Mesquita – Callado – Anacleto”, o coloca no mesmo patamar de Joaquim Callado, o fundador do choro, e de Henrique Mesquita, maestro, compositor pioneiro do “tango brasileiro”, mestre de Callado e Anacleto.

Não é demais registrar que o surgimento e a consolidação da música brasileira no século XIX e início do século XX são devidas, em grande parte, a estes três brasileiros de etnia negra.

Anacleto de Medeiros foi aprendiz de flautim e sax na Banda de Paquetá, sua ilha natal, no Rio de Janeiro, onde criaria depois o “Recreio Musical Paquetaense”. Aos 9 anos de idade foi internado como aprendiz no Arsenal de Guerra, onde participou da Banda, continuando os estudos até os 18 anos, quando matriculou-se no Imperial Conservatório Musical (atual Escola de Música da UFRJ), de onde saiu professor de clarineta em 1888, tendo sido colega de turma de Francisco Braga (maestro e autor do Hino à Bandeira).

Maestro, arregimentador, teve por certo uma enorme vocação para a prática musical coletiva. Num período em que as bandas eram os grandes veículos de divulgação de música para a massa nos coretos, teatros e praças públicas. Num país de inequívoco pendor musical, onde não faltavam talentos natos no povo, Anacleto de Medeiros demonstrou capacidade e liderança na formação e regência de bandas operárias, como as da Fábrica de Paracambi (1894), Fábrica de Chitas Bangu (1904), Companhia de Tecidos e Fiação Confiança Industrial de Vila Isabel (1905), além de criar a Banda de Magé.

Sem dúvida, sua grande façanha foi a criação da Banda do Corpo de Bombeiros, em 1896, mesmo não sendo militar (ganhou uma patente simbólica de 1º sargento).

Admirado pela afinação e riqueza melódica dos arranjos, sob sua regência, o conjunto instrumental transformou-se em modelo para as bandas da época. Foi enorme sua contribuição para as primeiras gravações da música popular brasileira, a partir de 1902, quando surgiu a Casa Edson. Ao menos 100 fonogramas foram gravados pela Banda do Corpo de Bombeiros.

Na época de Anacleto, Choro era sinônimo do modo brasileiro de interpretar “polcas”, “valsas”, “quadrilhas”, “mazurcas” e o “schottisch”, danças europeias que invadiram o

Brasil em meados do século XIX, assim como a “habanera” cubana. Mas, a fusão destes gêneros com o lundu e a criação de conjuntos musicais a base de violão, cavaquinho, flauta e outros instrumentos de sopro, foi diferenciando as composições brasileiras de suas congêneras estrangeiras. Este processo chamado de nacionalização de gêneros, resultou que ao fim e ao cabo era impossível confundir uma *polka* da Boêmia com uma composta pelos chorões brasileiros.

Compositor inspirado, Anacleto de Medeiros compôs mais de 100 músicas nestes gêneros, que eram tocadas pelas bandas Brasil afora. Trabalhou como regente e instrumentista em teatros, clubes, grupos de choro e festas familiares, como era costume dos músicos na época.

ABOLIÇÃO E REPÚBLICA

A música popular brasileira nasceu num período em que o Brasil se afirmava como Nação, por esta razão não é de estranhar, que ao lado da temática descritiva do cotidiano e da natureza, e mesmo da função de extravasar as emoções nascidas dos sentimentos e das relações humanas, nossa música fosse, como ainda é, também profundamente ligada à nossa história e aos embates sociais.

Assim é que a edição da Gazeta de Notícias de 23 de março de 1884 traz, em sua página 2, uma notícia que pode ser considerada histórica: “O compositor Anacleto Augusto de Medeiros compôs uma polca intitulada ‘Francisco do Nascimento’ oferecida à Sociedade Abolicionista Cearense.”

O homenageado pela polca de Anacleto era o “Dragão do Mar”, então em visita à corte no Rio, que o recebeu em júbilo pela grande vitória alcançada contra a escravidão na província do Ceará.

A venda de partituras para financiar a luta abolicionista foi uma constante nos anos que antecederam a Abolição, especialmente no período das Conferências Emancipadoras que arrecadavam doações para comprar alforrias. O jovem músico, com seu gesto, como tantos outros o fizeram, dava sua contribuição à luta.

Percebemos aqui uma confluência carregada de simbolismo. De um lado, Anacleto de Medeiros, então com 17 anos, filho de uma escrava liberta, estudante do Conservatório e que seria uma figura icônica da música brasileira, e do outro lado o grande “Dragão do Mar”, que sob a bandeira “No porto do Ceará não se embarca mais escravos”, liderou os jangadeiros cearenses até alcançar a Abolição dos Escravos, fazendo do Ceará a primeira província brasileira a fazê-lo, em 1884.

Um dos episódios da chamada segunda Revolta da Armada, quando a Marinha, ainda monarquista, tentou fazer retroceder a República, foi a retomada de Magé, para onde a população de Paquetá tinha se refugiado, fugindo de marinheiros amotinados.

Controlada momentaneamente por Miguel Inglês, em



28 de fevereiro de 1894 as tropas legalistas de Floriano Peixoto retomaram a cidade, prenderam Miguel Inglês e puseram fim à revolta, para júbilo do povo.

Esta é a origem da composição de Anacleto de Medeiros “Fantasia 28 de fevereiro”, numa clara alusão de que a tentativa de derrubada da República pelos monarquistas fora apenas uma “fantasia”.

“YARA” – “EXPLODE O CORAÇÃO”

A obra de Anacleto de Medeiros abarca diferentes gêneros, mas, sem dúvida, o compositor ficou para a posteridade como o consolidador da *schottisch* no Brasil, hoje chamada xote. Dança de origem escocesa, de compasso ternário e geralmente iniciada em tom menor, o que lhe conferia algo melancólico na melodia, que aos poucos foi recebendo letra e se transformando em

canções típicas que ainda hoje conhecemos como serestas.

A música mais famosa de Anacleto de Medeiros é o xote “Yara”, com a qual o autor fez muito sucesso em vida, embora só tenha sido registrada após sua morte, quando Catulo da Paixão Cearense colocou a letra. Então, “Yara”, que era uma homenagem de Anacleto a uma embarcação que possuía com esse nome, vencedora de uma regata em Paquetá, quando ganhou letra de Catulo, passou a ser chamada de “Explode o Coração”.

A melodia simples e refinada de “Yara”, com os versos arrojados e derramados de Catulo da Paixão, seria tomada como motivo inspirador em ao menos dois grandes momentos da arte nacional, na música e no teatro.

Em 1926, o nosso maior maestro e compositor, Heitor Villa-Lobos, que dera o nome de “Choros” a 13 composições para diferentes

formações instrumentais, escreveu o “Choros nº 10 – Explode o Coração”. Obra para orquestra e coro, no qual o genial maestro funde a canção “Macocê-cê-maká”, do repertório Pareci, coletada por Roquette Pinto em 1912, com a melodia de Yara e a letra de Catulo da Paixão, criando um clima apoteótico marcado pelo contraponto dos graves (baixos) do canto pareci, e o agudo (sopranos) do solo de Yara, envolvidos pelos solos orquestrais que sugerem a ambientação numa floresta tropical, invocando pássaros e sons característicos, produzindo uma massa sonora que prende a atenção e envolve os ouvintes do primeiro ao último dos seus 13 minutos de execução. Seguramente, dos choros de Villa Lobos, este é um dos mais conhecidos.

Estreou no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro em 11/11/1926, e em Paris em 03/12/1927.



Anacleto de Medeiros em três momentos: ao lado, com sua batuta de maestro e, abaixo, com a Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (ao centro, de braços cruzados) e com os Chorrões de Paquetá (reproduções do livro “O Rio musical de Anacleto de Medeiros”, de André Diniz)

Em 1974, ano em que falece, aos 38 anos, Oduvaldo Viana Filho conclui uma de suas mais importantes peças: “Rasga Coração”, que iniciara em 1971.

A obra recebe o 1º prêmio no concurso do Serviço Nacional de Teatro, mas é imediatamente censurada e somente será exibida em 1979, sempre com muito sucesso. A peça é finalizada com os versos da canção “Rasga o Coração” cantada pelo coro:

“Se queres ver a imensidão do céu e mar/ Refletindo a prismação da luz solar/ Rasga o coração vem te debruçar/ Sobre a vastidão do meu penar”.

O prefácio da peça é aberto pelo autor com estas palavras: “Em primeiro lugar, Rasga Coração é uma homenagem ao lutador anônimo político, aos campeões das lutas populares; preto de gratidão à ‘Velha Guarda’, à geração que me antecedeu, que foi quem politizou em profundidade a consciência do país”. E prossegue: “... quis fazer uma peça que estudasse as diferenças que existem entre o ‘novo’ e o ‘revolucionário’. O ‘revolucionário’ nem sempre é novo absolutamente e o novo nem sempre é revolucionário”.

Muita coisa poderia ser falada sobre Anacleto de Medeiros e do tanto que foi realizado ao longo destes 159 anos para preservar sua obra. Não há espaço para mencionar tudo neste breve texto. Mas refletir sobre este homem do povo, brasileiro, que com poucos recursos, em 41 anos de existência construiu tantos caminhos para a arte nacional, e comparar a excelência do seu trabalho com a indigência musical e cultural que tentam nos impingir como novidade nos dias atuais, nos leva a repetir Vianninha:

“O revolucionário nem sempre é novo absolutamente e o novo nem sempre é revolucionário”.

Niterói, 17 de julho de 2025

FONTES CONSULTADAS: Academia Brasileira de Música. Choros nº 10 – Rasga Coração.

<https://abmusica.org.br/edicoes-abm/obra/choros-no-10-rasga-coracao/>, consulta em 17.07.2025

DINIZ, André – O Rio musical de Anacleto de Medeiros. Zahar. Rio de Janeiro. 2007

SANTOS, Irapuan Ramos – A canção nas conferências emancipadoras: uma contextualização histórico-musical. Rio de Janeiro. UFRJ. 2023

SIQUEIRA, Baptista – Três Vultos Históricos da música brasileira – Mesquita – Callado – Anacleto. https://pt.scribd.com/upload-document?archive_doc=470033464

Consulta em 16.02.2023. VIANNA, Oduvaldo filho – Rasga Coração. Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Teatro. 1980